



ATA DE DA SESSÃO

Sessão Ordinária de Novembro - 15NOV2022 (1.ª reunião)
N.º 12/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Tróia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, António José Flor Agostinho e André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, e Daniela Ribeiro Alegria; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, e Diana Catarina Anastácio Gandarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador). O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, foi substituído por Manuel António Cesário Trovisco, vogal da Junta de Freguesia.

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: no Grupo Municipal do PSD, o eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho (suspensão de mandato por 365 dias) foi substituído pela primeira sucedânea Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, o eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo (suspensão de mandato por 305 dias) pela segunda sucedânea da lista, Sara Marina Tomé Fernandes, e a eleita Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário foi substituída pelo terceiro sucedâneo da lista Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso. No Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Ana Raquel Gomes São Marcos Simões foi substituída pelo segundo sucedâneo da lista, Rui Manuel da Rocha Rufino, confirmada igual ausência da primeira sucedânea, Mariana da Silva Lopes. No Grupo Municipal do PS, o eleito Domingos Manuel Ferreira Vilarinho foi substituído pela segunda sucedânea Mariana Avelos Silva; o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pela quinta sucedânea Sónia Alexandra Fernandes Gomes - confirmadas as ausências dos sucedâneos antecedentes (Carla Maria Madaíl Gandra Santos e Alfredo Joaquim Alves de Sousa, respetivamente).

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. "**Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para o Congresso da ANMP 2022**". Ato deliberativo: eleição.

Ponto 2. "**Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01SET2022 a 31OUT2022**". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 4. "**Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Orçamental (1.º semestre 2022)**". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 5. **"Proposta Pacote Fiscal do Município de Ílhavo para 2023"**. Ato deliberativo: aprovação.

5.1. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2023.**

5.2. **Derrama para 2023.**

5.3. **Participação variável no Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023.**

5.4. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - serviços de comunicações, para 2023.**

Ponto 6. **"Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2023"**. Ato deliberativo: Aprovação.

Ponto 7. **"Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2023"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 8. **"Compromissos plurianuais assumidos no 1.º Semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços "**. Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 9. **"3.º Relatório de Execução dos Protocolos de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia, 2022"**. Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 10. **"Concurso Internacional de Fornecimento de Refeições Escolares"**. Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':39")

«Boa noite a todos. Sejam, então, bem-vindos à Sessão Ordinária de Novembro. Peço à nossa Segunda Secretária que faça a chamada, por favor.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (05':26")

Suspensão de mandato

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':31")

«A Mesa da Assembleia Municipal, através do Núcleo de Apoio, recebeu um pedido de suspensão de mandato, enquadrado no Artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro.

De acordo com o n.º 2 e o n.º 3 do articulado referido, "O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação", o que é o caso.

Assim deixo à apreciação e ao conhecimento do Plenário o pedido de Suspensão de Mandato por 365 dias, a contar da data de hoje, 25 de novembro, do eleito Hugo Filipe Casqueira Coelho, do Grupo Municipal do PSD.

Pergunto se há alguém que tenha alguma consideração a fazer?

Nesse sentido, dada a suspensão em curso do mandato do eleito Pedro da Rosa Nova, substituído, até à data por Teresa Margarida Alves, em cumprimento das normas de precedência na lista de candidatura do PSD, solicito à 2.ª Secretária o favor de registar as alterações nos processos de substituição.»

2.ª Secretária da Mesa, Irene Ribau Tavares: (08':54")

«Sendo assim, Teresa Margarida Ferraz Alves substitui Hugo Filipe Casqueira Coelho, e Sara Marina Tomé Fernandes substitui Pedro Labrincha da Rosa Novo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':09")

«Verificados os processos de validação e identificação, que fique registado em Ata os procedimentos de suspensão e das respetivas substituições.»

Aprovação da Ata

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':09")

«Vamos proceder à aprovação da Ata n.º 11, referente à Sessão ordinária de junho e que foi remetida aos Membros desta Assembleia, para conhecimento prévio.

Coloco então a Ata a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por **UNANIMIDADE**.»

Expediente

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':43")

«Quanto ao expediente, os serviços de Apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre junho e setembro, a seguinte correspondência que pode ser consultada junto do nosso Núcleo de Apoio:

- Várias Ações de Formação promovidas pela ANAM, através do CVEL, e devidamente divulgadas junto dos autarcas eleitos e da Câmara Municipal;
- Informação sobre alteração legislativa - Lei dos Estrangeiros - remetida pela ANAM;
- Vários convites do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ílhavo, da Junta de Freguesia de São Salvador, dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, do Jornal O Ilhavense, do Chefe de Estado Maior do Exército, entre outros, dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal para representação Institucional do órgão Municipal, aceites dentro da disponibilidade possível;
- Uma exposição da mãe de um aluno do Agrupamento de Escolas de Ílhavo sobre o processo de seleção dos representantes na primeira Assembleia Municipal Jovem;
- Convocatória para o Conselho Municipal de segurança de Ílhavo;
- O primeiro volume do Guia sobre a prevenção da corrupção no âmbito das Autarquias Locais, editado pela ANAM/CVEL e AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local.

Aproveito esta referência à Correspondência e Documentação para informar que toda a documentação se encontra disponível no nosso Núcleo de Apoio.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':06")

«Iremos agora começar com a intervenção do Público. Pergunto ao público aqui presente se há alguém que pretenda usar da palavra.

Este período tem o limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, informo também, que no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que seja dado consentimento formal, através do preenchimento do impresso Anexo 1 do Regulamento de Transmissões, para a respetiva difusão da imagem, e que o Núcleo de Apoio disponibilizará. Convido então, o nosso cidadão, o nosso munícipe, para descer, para intervir no púlpito.»

Do Público

Munícipe, Horácio Melo: (13':10")

«Boa noite. Começo, desde já, por cumprimentar o sr. Presidente da Assembleia Municipal, extensivo, não só ao Executivo camarário, como aos Membros desta Assembleia. Gratificar-me, também, com a presença do Dr. Pedro Troia, ao voltar a estas lides depois de ter passado um bocadinho menos bem. Hoje já está presente. Não sei se já tinha vindo, não tenho

acompanhado muito bem estas Assembleias. Mas, desde já, fico muito satisfeito e muito grato por o ver cá.

E estou aqui hoje só para chamar a atenção, nada mais do que isso... chamar a atenção Começaria pela Rua do Santuário. É uma rua recente que foi feita novamente com parques de estacionamento, atapetada e com os passeios em 'pavê'.

Há uns tempos eu tentei alertar esta Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré que aquela obra estava mal, que aquele 'pavê' está mal. Há ervas por todo o lado entre o 'tout-venant' e o pavimento e o lancil há ervas por todos os cantos. Eu pergunto: sendo aquela obra uma obra recente alguém tem que ser responsável. Penso que aquele empreiteiro deve ter uma caução na Câmara Municipal de Ílhavo. Ou o empreiteiro repõe a obra ou a caução deve servir para penalizar, em função da obra que lá está.

Num poste, e estas coisas entristecem-me muito, o edital que diz que no dia 'x' vai ser posto herbicida. E aqui está. Quem tenha cãesinhos, quem tenha os seus animais de estimação, quem tenha isso tudo que se previna. Mas o que é certo é que estamos numa zona onde os animais de estimação não existem, existem sim animais selvagens, vadios, que não têm que lhes dê de comer e que vão à procura dele. Aquele herbicida não está a praticar o bem, só está a praticar o bem àquelas pessoas que têm os seus animais. Mas aqueles que estão à procura de algo, esses cãesinhos estão sujeitos a tudo. Portanto, não é por aí que nós lá vamos. Não é com esse editais, penso que da SUMA, que no dia 'x' vão lá pôr herbicida e resolvem. Não resolvem nenhum problema e o problema está à vista novamente. Ainda hoje lá pensei, que eu gosto muito de andar a conhecer o meu concelho, sou natural dele, vivo nele, fui criado nele, tenho tudo o que é dele, sou ilhavense puro, e gosto muito de falar nas coisas quando as ando a ver ao pormenor.

A segunda chamada de atenção que faço é para a Avenida da Ria. Para quem lá passa, e penso que passa por lá muita gente, todos os dias, das pessoas que aqui estão sentadas, verifica que as silvas estão a vir todas para a estrada. Até arbustos estão a vir para a estrada. Já galgaram os rails, já estão na primeira linha de chamada ao pavimento das moradias e dos carros. Portanto, aquilo acaba por ser perigoso. Penso que aquilo precisa de uma limpeza, o mais urgente possível. Não sei se pertence à Câmara, se pertence à Junta de Freguesia ou se pertence às Estradas de Portugal. Sinceramente, eu penso que é à Câmara Municipal de Ílhavo.

Por último, chamo a atenção para a Rua das Cancelas. Esta rua recebeu uma intervenção há cerca de 8 ou 9 meses, ainda no tempo do presidente Caçoilo, para a mudança da tubagem. Desde aí até agora está na mesma. Está na mesma como a lesma. As pessoas que lá vivem têm, obrigatoriamente, que lá estar a passar com os carros. E, depois, tem uma coisa que, a mim, me espanta muito e que me choca bastante. Eu sou uma pessoa que às sete da manhã já lá passa, porque gosto de me levantar cedo e andar a ver isto tudo. Aquelas crianças dos pais que trabalham e que têm que se levantar cedo, aquelas crianças que vão com aquelas mochilas já com algum peso nas costas têm que tirar as mochilas para servirem de escudo às pernas quando passam os carros. Não têm algo que as possa proteger, agora que o tempo está chuvoso. Aquelas crianças apanham cada chuvada e chegam à escola todas molhadas. Julgo que não é assim que se resolvem os assuntos. Quando fizerem a reposição de toda aquela obra peço que aqueles contentores que estão quando se vira para o restaurante Navegante, toda aquela zona é um perigo constante, trabalhos atrás de trabalhos, as pessoas pensam que têm sempre prioridade e não é verdade. À frente há um cruzamento que é preciso resolver.

Por fim, gostava de saber a Instituição das Mães Solteira, segundo se consta na rua, está em vias de poder ser fechada. Todos os dias lá passo, e às sete, sete e pouco, vejo aquelas crianças com aquelas mães. Há uma coisa que eu verifico é que aquele edifício está a entrar em degradação. Eu sempre que lá passo, paro e olho. Penso que todos vós - e não é só o Executivo camarário - representantes da população de Ílhavo, devem olhar para aquelas crianças, devem olhar para aquelas senhoras, muitas vezes com necessidades e com a lágrima no olho, estamos a aproximarmo-nos da grande fome que aí vem, e não devem estar só sentados nessas cadeiras, mas façam algo por aquela instituição. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (19':09")

«Muito obrigado. Pergunto ao sr. Presidente da Câmara se quer dar alguma resposta, comentar... sim?! Pedia-lhe só para aguardar um bocadinho até o Município chegar à galeria.»

Da Câmara Municipal

Presidente o Executivo, João Campolargo: (19':48")

«Boa noite a todos. Dou os parabéns e elogio a intervenção do cidadão Horácio Melo que se dirigiu a esta Assembleia com assuntos que têm interesse para todos nós. Muitos houvesse como o senhor para fazerem estas participações e estarem presentes nestes momentos, apesar de sabermos que também há outras formas para o fazer e que têm chegado até nós por muitos outros cidadãos, através do e-mail ou de outro tipo de participações, marcando reuniões com a equipa do Executivo ou mesmo chegando aos nossos técnicos.

Relativamente à Rua do Santuário, na Freguesia da Gafanha da Nazaré, também é uma preocupação nossa perceber o que se passou ali. Não lhe posso adiantar muito sobre isso, pelo que conhece do trabalho deste Executivo, nós vamos tentar dar o melhor seguimento àquilo que o preocupa, que também é uma preocupação nossa. Tem lá muitas plantas invasoras, tem ervas das pampas, tem lá acácias... nasceu tudo naquele pavê. Quando acabarmos a ligação do PAMUS 11, pretendemos dar uma retificação a tudo isso. Estará para breve essa situação.

Relativamente à aplicação do herbicida e esse animais radiantes, que é o que refere, nós temos uma dificuldade em controlar isso. Nós ou o nosso parceiro estamos a utilizar produtos que não sejam legais. Portanto, há a legalidade na forma como se faz esse processo na aplicação do glifosato. No entanto, vamos registar esta sua preocupação, que também tem vindo a ser de outros cidadãos. O nosso prestador de serviços cumpre, claramente, com o processo de administração.

Relativamente à Avenida da Ria, penso que está a falar da Via da Ria. Temos já uma intervenção programada de ambos os lados, com duas equipas. Houve alternância nas intervenções do passado, relativamente à Câmara e à Junta de Freguesia. Nós vamos fazer essa intervenção. Vamos pôr duas equipas. Vamos levantar aquelas árvores. Pôr aqueles canetele com a drenagem certa. Foi criada uma pista ciclável pelo lado nascente e fazer aí a limpeza. Ficará tratado em breve.

Relativamente à Rua das Cancelas. O auto de consignação já foi assinado e nós aguardamos que o empreiteiro entre em obra para fechar a segunda fase da obra das Cancelas. Tudo o que fala sobre os equipamentos de recolha de resíduos e recolha seletiva de produtos terá uma administração diferente. Se quiser conhecer melhor o projeto aconselhava-o a marcar uma reunião com o Vereador João Semedo, numa terça-feira à tarde, ou noutro período, para lhe mostrarmos os alinhamentos que vão ser feitos naquela rua. Eu próprio testemunho aquilo que disse. Ainda hoje pedi para se colocar um bocado de asfalto frio em alguns buracos que estão a abrir, logo à entrada para quem vem das Escolas. Passo ali algumas vezes e reconheço aquilo que diz, sendo natural que saltem algumas pedras.

Relativamente ao lar do Divino Salvador. Também reconheço aquilo que diz. Não deixo de ser um cidadão deste município e com os olhos bem abertos para também ver aquilo que os outros veem. Aquela obra já sofreu, no passado, algumas remodelações em que eu também participei enquanto autarca de Freguesia, mas, de facto, a pintura e a degradação, neste momento, é elevada. O Património dos Pobres, como sabe, não tem tido dias felizes. Ainda tem algumas coisas que vai registando nos seus equipamentos, desde a Obra da Criança ao Lar de São José, e outros, para os quais tem sido pedida a ajuda, não só à Câmara Municipal, mas também à Junta de Freguesia. Muitas equipas, a própria direção vai tentando angariar outros fundos. Faremos a comunicação das suas preocupações e veremos se há alguma intervenção.

Nessa altura, se entender vir cá falar um bocadinho sobre aquilo que é a Rua das Cancelas podemos dar-lhe alguma nota sobre esses assuntos, se tivermos alguma resposta para isso. Agradeço muito a sua participação, o cuidado que teve e espero que outros munícipes tenham a mesma interpretação do trabalho que é feito aqui mediante a apresentação de vários problemas que acontecem, porque muitas das vezes não estamos alertados para tudo, e ficou, aqui, uma nota positiva desta intervenção. Muito obrigado.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (28':46")

«Antes de iniciarmos o Período de Antes da Ordem do Dia, queria informar o Plenário que a documentação referente ao Ponto 10 - Concurso Internacional para o Fornecimento das Refeições Escolares já se encontra disponível, realçando o esforço que o sr. Presidente da

Câmara providenciou para antecipar essa disponibilização e agradecer a compreensão pelo carácter de exceção acordado com os líderes dos Grupos Municipais.

Vamos então passar ao PAOD, com as intervenções centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal, constante do Ponto 3 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia.

Tal como tem sido norma, vamos manter regra de iniciar, em cada sessão, a rotatividade das intervenções pelo princípio de menor representatividade para a maior. Sendo que se a sessão tiver continuidade na próxima reunião, será mantida a rotação que concluir esta reunião.

Portanto, neste momento, teremos o CHEGA, o PS, o Unir Para Fazer e, por fim, o PSD.

Abria então as inscrições. Quem se pretende inscrever para intervir?»

Sérgio Louro, CHEGA: (27':23")

«Boa noite a todos. No Período de Antes da Ordem do Dia trago um assunto relacionado com o Pavilhão Municipal Capitão Nordeste, mais conhecido como o Pavilhão do Illiabum Clube. Na última vez que o visitei fiquei com a ideia que a cobertura é feita com telha de fibrocimento e, portanto, tem amianto na sua constituição. Importa que o executivo apure se, de facto, assim é e se este assunto já foi, eventualmente, avaliado. Não tenho ideia de termos falado sobre este assunto nas Assembleias Municipais em que participei. Não quero dizer com isso que já não tenha sido, eventualmente, avaliada esta assunto.

Quero reforçar que esse trata de um assunto com impacto na saúde pública e das pessoas que utilizam aquele equipamento.

Considerando-se que a cobertura seja de fibrocimento e, portanto, com amianto, importa programar a remoção da mesma. Eventualmente fazer uma candidatura a linha de financiamento europeia para suportar a remoção desta cobertura e a sua substituição por material com melhor isolamento térmico. Inclusivamente, pode-se 'matar dois coelhos com uma cajadada', substituindo-se a cobertura e aproveitar para se fazer aplicação de energia fotovoltaica.

Tenho uma questão para endereçar ao sr. Vereador João Semedo que tem a ver com esta questão das energias renováveis e a questão das associações de energia renovável, umas vezes chamadas cooperativas, outras vezes de comunidade.

Foi um assunto que foi falado na última sessão.

Tendo sido aprovado, e muito bem, uma parceria com uma empresa da região para o estabelecimento de uma comunidade de energia renovável, gostaria de saber se o sr. Vereador tem acautelada a questão da medição das energias renováveis injetadas na rede e a medição da energia consumida pelas entidades consumidoras, sejam elas pessoas coletivas, sejam pessoas singulares pertencentes a esta comunidade a formar.

Em termos simples, imaginem que ao meio-dia e zero minutos o edifício da Câmara Municipal está a injetar 78 Kw de potência. Eventualmente será o primeiro edifício a ser dotado de fotovoltaico. Neste mesmo instante é importante saber quem está a consumir a energia injetada para que na fatura desses consumidores da comunidade de energia renovável apareçam os kws consumidos ao preço negociado dentro da comunidade, e não ao preço da EDP.

É aqui, na nossa opinião, que a coisa vai esbarrar. Este serviço de medição de energia, atualmente, é assegurado pela empresa E-Redes, que, quer se queira, quer não, pertence à esfera da EDP e não quer a existência de comunidades de energia renovável, como é evidente. É um mau negócio para a EDP e para outros gigantes, como a Galp.

Espero que o sr. Vereador olhe para este assunto com especial atenção pois tudo o resto relacionado com este projeto não há grandes surpresas, está tudo testado e mais que retestado no que diz respeito à instalação fotovoltaica e no que diz respeito aos inversores. Onde pode haver surpresas e problemas é, precisamente, no sistema a implementar para fazer esta medição de energia em tempo real.

Por último, para o sr. Presidente da Câmara. Começamos a ver alguns Ecopontos Prio para depósito de óleo alimentar usado para transformação em biodiesel. Sr. Presidente, há algum contrato? Há algum protocolo com esta entidade, a Prio? Quais são as mais-valias para o Município? O Município recebe biodiesel para as suas viaturas, por exemplo? Há alguma contrapartida adicional para esta empresa usar o espaço público - portanto, de todos nós - para fazer esta recolha? Chamo a atenção que um litro de óleo vegetal dá cerca de 0,8 litros de biodiesel que tem um valor comercial um pouco acima de um euro. Não temos nada contra a recolha do óleo, pelo contrário, evitamos que vá poluir a água com um custo de tratamento muito elevado, mas é preciso distribuir os proveitos por todos, não só por alguns como é tradicional e habitual. Obrigado.»

Pedro Martins, PS: (32':58")

«Boa noite a todos. Começava por uma nota de congratulação, uma notícia recente, pela transferência que o Governo vai efetuar, ainda este ano, de 104 milhões de euros para os municípios, relativos ao pagamento de valores em falta do Fundo Social Municipal. O montante corresponde a retroativos de 2019 a 2021. Tal transferência vem, de algum modo, contribuir para uma reposição do equilíbrio das contas das autarquias, sendo certo que o Município de Ílhavo assegura, por esta via, o recebimento de mais de 400 mil euros, num ano marcado por uma inflação alta, como sabemos, como já não se via nos últimos 20 anos, e que, naturalmente, também afeta as autarquias. Portanto, gostaria de salientar esta verba que a breve trecho será transferida para todos os municípios, incluindo o de Ílhavo. É de saudar esta decisão do Governo que, como sabemos, há muito que era reclamada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Por outro lado, uma chamada de atenção para o aumento de transferência de verbas do Estado para as autarquias, no âmbito do Orçamento do Estado para 2023, que foi hoje aprovado na Assembleia da República, um aumento para o montante de 3,250 milhões de euros. O que representa um reforço considerável face a 2022, pelas minhas contas, salvo o erro, de cerca de 7% de acréscimo. Algo que já tínhamos referido, aqui, na Assembleia Municipal e que é o aumento significativo das verbas respeitantes à descentralização de competências da administração central para os municípios para um valor na casa dos 1.200 milhões de euros, no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização. Ou seja, queremos parecer que o Governo está a cumprir o seu papel, sendo certo que, também aqui, exige-se às autarquias sum papel atento e exigente na sua relação com o Estado de forma a que o financiamento das competências que têm assumido ao nível da descentralização na educação, na saúde, etc., tenham a correspondente contrapartida financeira. Nota-se este reforço das verbas vindas do Estado para as autarquias, mas o que já não se compreende é que na nossa Câmara Municipal de Ílhavo, na sua relação com o tecido associativo do concelho, não tenha feito um esforço para aumentar as verbas destinadas às nossas associações culturais, desportivas, etc., num período, repito, marcadamente difícil para todos. Será que começamos a notar uma certa marca de insensibilidade social do Executivo na sua relação com as associações que tanto fazem pelas pessoas, jovens e menos jovens, da nossa terra, é a pergunta que aqui deixo.

Outra questão mais local que eu trago neste Período de Antes da Ordem do Dia é a seguinte. Ao ler a ata da última reunião da Assembleia Municipal deparei com uma intervenção do membro do CHEGA, o Sérgio Louro felicitando o Executivo pelo facto de, e passo a citar, "nestas inscrições (para as piscinas municipais), pela primeira vez, ter sido corrigida uma injustiça que acontecia nos anos anteriores que era as nossas crianças ficarem de fora, dado que as vagas eram ocupadas por crianças de fora do município". Acrescentava o Sérgio Louro que, e cito, "pela primeira vez, deu-se prioridade na primeira semana a quem morava cá. Só de pois, as restantes vagas foram ocupadas por pessoas que não do município". Ora bem, não estive presente nessa reunião, mas caso tivesse participado de imediato teria colocado uma questão muito clara ao membro do CHEGA e, também, um pedido de esclarecimento ao sr. Presidente da Câmara. Ou seja, ainda há poucos meses, nesta Assembleia Municipal, foi apresentada uma proposta do CHEGA de alteração do Regulamento Municipal dos Equipamentos de Ílhavo com vista a atribuir prioridade de acesso aos residentes neste município, nomeadamente nas piscinas municipais, em prejuízo de residentes de outros municípios. Opusemo-nos frontalmente a tal proposta de alteração ao regulamento já que a mesma representava uma discriminação dos cidadãos pelo seu território de origem em clara violação da Constituição da República Portuguesa. Além de que tal prática, a ser instaurada e replicada noutros concelhos, nos mais diversos equipamentos, fossem eles desportivos, culturais, sociais, etc., representaria um retrocesso nos princípios da sua convivência entre populações vizinhas, complementaridade dos serviços prestados pelas diversas autarquias naquilo que cada um tem para oferecer em prol de todos e não só de alguns, pois só assim todos ficamos a ganhar. Ora, ao que parece, segundo a intervenção do Sérgio Louro, a Câmara Municipal de Ílhavo, contrariando o regulamento em vigor terá dado prioridade no acesso às piscinas do município aos aqui residentes, favorecendo-os e vedando tal acesso a não residentes. Bem sei que há necessidades prementes a resolver no município ao nível da utilização das piscinas e da incapacidade de resposta face à procura. Mas as soluções a dar aos problemas têm que respeitar a lei e os regulamentos. É o mínimo que se exige. Interessa, assim, apurar o que de facto se passou após essa penúltima Assembleia Municipal em que a proposta do CHEGA foi chumbada. Que procedimentos foram, neste âmbito, seguidos pela Câmara Municipal de Ílhavo. Portanto, solicito ao sr. Presidente da Câmara que possa explicar

à Assembleia Municipal que o regulamento está, ou não, a ser cumprido. Ou se houve alguma situação de favor, de exceção em benefício de uns e em prejuízo de outros. Muito obrigado.»

Luís Leitão, PS: (39':09")

«Boa noite a todos. Hoje, vou falar de um assunto nacional, embora de interesse de todos. É um dia importante para todos, para o país, um dia que festeja glória e sucesso na generalidade do país e algumas frustrações, também, para uma parte, mas festejam-se sete anos do governo do Partido Socialista. Sete anos que consideramos serem de progresso e de conquistas. Sete anos em que se decidiu aplicar uma receita diferente, de fazer diferente para viver melhor. É um dia grande também para os cidadãos e para o país. Por coincidência, ou não, hoje foi aprovado o Orçamento do Estado para 2023. Algo que passa ao lado para a maior parte dos cidadãos, mas este é um momento que marca o período governativo e de todas as grandes opções, neste caso, para o ano de 2023. É por aqui que será afinada a pauta e a orquestra para que a música siga afinada. Naturalmente que o orçamento do estado, e nos modelos que vivemos hoje, é muito criticado pelos partidos da oposição que comodamente instalados na certeza da aprovação deste Orçamento por parte do Partido Socialista, deixaram a responsabilidade e a ética na gaveta e optaram pelo discurso populista, pela crítica fácil, numa tentativa de fixarem eleitores ou atraírem votos perdidos, tentando mostrar que 'eu sou mais liberal do que tu' ou ensaiando teatralmente o caos e berrando bem alto 'cheguem-se a mim que vem aí o lobo mau'. Enfim, uma pressão à direita, onde o PSD se vê ameaçado pelo crescimento do CHEGA e de outras liberais; à esquerda voltamos oito anos atrás, ou sete, se preferirem, e voltamos a ver os camaradas na rua a dar a conhecer o novo chefe na dita defesa intransigente do povo e a pedir a paz da guerra que os amigos criaram. Após um período de praticamente dois anos em que o Governo teve que lidar com os efeitos económicos adversos causados pela COVID, a situação de instabilidade que se vive na zona leste da Europa, desde o final do mês de fevereiro, apresenta, o Governo de António Costa, a proposta de Orçamento do Estado preparada num contexto económico bastante desafiante. O orçamento que os portugueses precisam que surge num contexto económico bastante instável, com aumento expressivo das taxas de juro e da inflação, a mais alta das últimas décadas, e ainda com riscos de virmos a registar uma situação de recessão económica. Em termos macro, as linhas gerais do Orçamento do estado mostram que o Governo perspetiva um aumento do PIB para 2023 de 1,3%, um crescimento económico modesto, mas ainda assim mais alto ou mais elevado que a maior parte dos países da Zona Euro, também a redução da dívida pública que deverá atingir 110% do PIB e que representa uma redução sem paralelo, e a manutenção da taxa de desemprego. Genericamente, o conteúdo da proposta de lei do Orçamento do Estado contém medidas fiscais perante uma proposta que se contemplam com medidas que permitem o desagravamento fiscal por via da atualização dos escalões de IRS, as medidas de apoio às famílias que têm créditos à habitação criando algumas condições para que as famílias em dificuldades para honrar os seus créditos possam negociar com a banca - uma medida assinalável e pretendida por uma grande parte das pessoas envolvidas - e, paralelamente, é novamente reformulado o regime do IRS jovem. Resumindo, será razoável concluir que estamos perante um orçamento sólido, em termos técnicos, com medidas de estímulo fiscal e que promovem algum desagravamento fiscal para as famílias, incluindo uma forte atualização do salário mínimo nacional, salário mínimo para quem vive desta dimensão, atinge uma realidade bem mais importante que aquela que possamos, eventualmente, desvalorizar nesta análise de tão baixo valor. Ao mesmo tempo, mostra ambição no crescimento da economia e um decréscimo da taxa de inflação. É assim que se espera. Reforçando as palavras do meu colega Pedro Martins e também sobre o que nos traz aqui, hoje, que é a administração local, há um aumento das transferências do Fundo de Financiamento da Descentralização. Para todos os que foram mostrando as suas dúvidas sobre o processo de descentralização de competências e a capacidade do Governo em cumprir, junto das autarquias, os protocolos de transferência, fica a nota. Como diria António Costa 'palavra dada é palavra honrada'. Governo de António Costa apoia, assim, as autarquias locais com mais de 5,2 milhões de euros, em 2023. Está estimado que a administração local alcance um saldo de 256 milhões de euros, superior em mais de 120 milhões de euros do que no ano anterior. Os municípios, ou as autarquias, se preferirem, vão ainda receber mais de 1.200 milhões de euros pela descentralização de competências. É neste momento, para aqueles que tinham dúvidas sobre este processo, que é tempo de dissipar as dúvidas e tempo de acertar as agulhas sobre um novo modelo disruptivo de descentralizado de aproximar a decisão dos eleitores. É, pois, sr. Presidente, tempo de evitar as lamúrias e as restrições que o seu antecessor apresentava e que o sr. também vai deixando ficar aqui e ali. É tempo de tornar um Executivo sem desculpas,

afastar os medos e assumir um ciclo de investimento em Ílhavo, com reforço de apoio às instituições e aos municípios. Obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (45':58")

«Boa noite. Começaria por fazer um esclarecimento e uma clarificação sobre aquilo que se passou na última Assembleia. Na ata que acabámos de aprovar, na página 17, sou acusado de ter, em nome do 'Movimento Unir Para Fazer', intentado que existisse a permanência de políticos nos órgãos de gestão do Parlamento Jovem. Provavelmente isto é um equívoco, era na Assembleia Municipal Jovem. Isto está escrito na página 17 da nossa ata.

Eu recorri ao ofício n.º 214, enviado pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, com a data de 7 de outubro, em que se diz que foram registadas ainda algumas propostas que ficam pendentes de avaliação que for feita após o primeiro ano de trabalho do funcionamento da Assembleia Municipal Jovem: a) a possibilidade de alargar o número de reuniões e sessões; b) a possibilidade de reajustar as idades/anos letivos e a sua repartição por dois turnos diferenciados; c) a possibilidade dos Grupos Municipais, de forma informal, sem influenciar o trabalho a desenvolver pelos alunos eleitos e pelos Agrupamentos de Escolas, poderem participar no processo.

Há, aqui, duas informações contraditórias. Uma delas não está bem.

Em relação a este assunto, esperamos que a Assembleia Municipal Jovem corra com todo o sucesso. Esperamos que tenham podido ser garantidas ao sr. Presidente da Assembleia que a escolha ou a eleição dos elementos representantes tenha sido feita em liberdade, com democracia, no respeito pela paridade, pela representatividade e proporcionalidade. São valores fundamentais que gostaríamos e que esperamos que estejam assegurados.

O outro tema que tinha prevista apresentar prende-se com o Orçamento do Estado que hoje foi aprovado.

Um orçamento que nos convida a todos a participarmos no esforço de passarmos este mau bocado que será o ano de 2023. Um orçamento que prevê transferências, aumentos de transferências em valor inferior àquilo que são esperados para a inflação. Um Orçamento do Estado que prevê que os aumentos salariais, que já são, por si, inferiores aos valores da inflação, e que em cima disso serão alvo de descontos - porque a inflação é líquida e os salários são brutos - é um orçamento que pede a trabalhadores, pensionistas, às empresas que sejamos parceiros neste momento difícil.

Nada contra. Era só uma questão de linguagem que achamos que poderia ser mais transparente e mais direta, porque, se fomos capazes, no passado, de dar as mãos e de aguentar as pandemias, desta vez sabemos que existem dificuldades que são de todos e que seremos capazes de ultrapassá-las em conjunto. Se essa é a política que o Partido Socialista pretende para o governo da Nação.

Tinha ainda previsto falar sobre aquilo que é a transferência para as autarquias.

O pedro Martins e o Luís Leitão falaram do aumento das verbas para as autarquias.

Aquilo que nós verificamos, no mapa 12, das transferências para os municípios é que o nosso Município tem uma redução de 831 mil euros. Desses, 379 mil euros estão diretamente relacionados com a decisão que a Assembleia Municipal - não esta, mas a que decorreu antes da nossa Tomada de Posse, no ano anterior - de baixar o IRS que tem um impacto 379 mil euros e que tinha como objetivo ajudar as famílias e que nós corroboremos. A outra fatia importante está no FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) em que nós temos uma diminuição de 353 mil euros.

Na Região de Aveiro, somos o segundo município que recebe menos de transferências do Estado por via dos impostos. Atrás de nós só Sever do Vouga.

As verbas subiram, mas para o Município de Ílhavo não subiram. Bem sei que o cálculo não é fácil de efetuar. Há algumas boas razões para que estas verbas, por um lado, desçam. É sinal que temos um índice de desenvolvimento social elevado. Temos rácios melhores que a média nacional, mas não nos podemos esquecer que existe uma perda efetiva das receitas do Município.

Deixando a questão do Orçamento, gostaria de abordar outra questão que serviria mais como um apelo e como uma consciencialização para um outro assunto de âmbito nacional com forte impacto local. Teremos oportunidade de debater mais à frente. É a questão da mobilidade. Estamos num período de revisão constitucional. Consideramos que seria interessante e importante pensarmos e começarmos a equacionar se o direito à mobilidade, à mobilidade sustentável, não deveria ser considerado um dos direitos fundamentais da população, do cidadão, da mesma forma que é a educação, a saúde e a habitação.

A mobilidade representa, hoje, um dos fatores provocadores de desigualdades sociais gritantes. Para um jovem, hoje, é difícil, nas regiões não servidas por transportes, poder

aceitar um part-time, fazer o ingresso na vida ativa, de forma gradual sem que haja essa política de transportes públicos, integrada e com uma cobertura razoável. São processos que, hoje, achamos muito estranhos e podemos achar provocatórios, mas são processos naturais, em que aquilo que eram as necessidades prementes do passado vêm sendo cobertas paulatinamente e outras surgem. A questão da mobilidade julgamos ser algo pertinente. Por isso, apelamos a todos que se unem e que, se partilharem esta opinião, que façam chegar, pelos canais que possam, esta necessidade de consagrarmos a mobilidade como um direito fundamental do cidadão. Muito obrigado.»

Sara Fernandes, PSD: (55':00")

«Venho aqui lembrar as pessoas, e todos os aqui presentes, que hoje, 25 de novembro, assinalam-se algumas datas de relevo social, nomeadamente a crise de 25 de novembro de 1975 que levou ao fim do Processo Revolucionário em Curso, também denominado por PREC, e a um processo da estabilização da democracia representativa em Portugal. Relembro que a liberdade e a democracia não se conquistam num só dia e que o 25 de Abril de 74 e o 25 de Novembro de 75 foram determinantes para o país que temos hoje. E é neste sentido que também determinante confirmar e assinalar outra data relevante no dia de hoje, como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, de forma a denunciar e sensibilizar as formas de violência contra as mulheres e exigir políticas para a sua erradicação.

A violência de género continua a ser um problema estrutural na nossa sociedade, origina-se na desigualdade de género e tem impacto nos mais diversos âmbitos, mas principalmente no âmbito doméstico.

Segundo os dados apresentados no Conselho Municipal de Segurança ainda continuamos a ter um número elevado de casos de violência doméstica no nosso Município. Sabemos que o combate contra a violência de género tem uma importante dimensão política, onde uma educação e uma resposta adequada da justiça e do Estado são chave para a erradicação. Temos que continuar a trabalhar em conjunto com os órgãos de polícia criminal no sentido de sensibilizar, denunciar e eliminar estas situações da nossa sociedade. Obrigada.»

António Flor Agostinho, PSD: (57':17")

«Boa noite. Não venho falar sobre política nacional. Venho referir alguns pontos que são recentes, que foram divulgados na comunicação social e que eu reputo de alguma importância para o concelho, para a nossa vida, para o nosso crescimento e para o nosso desenvolvimento, que é aquilo que todos nós, nesta Assembleia, pretendemos para nós, para os nossos filhos e para os nossos netos.

O sr. Presidente costuma lamentar-se, costuma aborrecer-se com as minhas intervenções ou com as nossas intervenções. Está no seu direito. Está no seu direito de usar da palavra para responder quando quer e quando não quer, mas porque estamos em Portugal, um país democrático e a democracia exerce-se muito mais nesta casa e neste Parlamento, temos que nos fazer ouvir, criticar quando temos que criticar e aplaudir quando temos que aplaudir. Bom seria, certamente, sr. Presidente, que suspendêssemos a democracia, não houvesse intervenções, o Órgão estaria calado, não havia democracia, não falávamos, e todos viveríamos bem como, se calhar, Putin gostaria ou gosta que seja.

Pois, quem vem aqui, hoje, manifestar o seu lamento, o seu desagrado sou eu.

Eu sinto-me aborrecido com as notícias que vou vendo através da comunicação social relativamente ao nosso concelho. Em meu nome pessoal e em nome daqueles que em nós votaram, são certamente muitos cidadãos do nosso concelho, incluindo alguns que votaram no seu Movimento, também estarão hoje com alguma mágoa e com alguma tristeza e lamento quando veem notícias como aquela que saiu recentemente que diz que a Câmara Municipal de Aveiro vai proceder à construção da via panorâmica ao longo da Ria até ao limite com o concelho de Ílhavo. Quer Ílhavo faça, quer Ílhavo não faça, Aveiro vai fazê-lo. Estou convencido que sim porque tive a oportunidade de assistir a uma conversa do sr. Presidente da Câmara de Aveiro diretamente com o responsável da área, ao Chefe de Divisão, onde foi dito que há três obras fundamentais para o próximo mandato: via panorâmica, rotunda do 'Rato' e a questão da antiga Lota.

Eu acredito no antigo presidente da câmara de Ílhavo, certamente que vai ter pujança, capacidade, firmeza, dinheiro e investimento para realizar estas obras. Refiro-me a isto porquê? Porque a Via Panorâmica tinha sido negociada no Executivo anterior, entre as duas câmaras, havendo uma parceria para que a obra fosse conjunta. O que nós constatamos é que parece que Ílhavo abandonou a ideia e a panorâmica vai terminar precisamente no limite de Aveiro com Ílhavo.

Por mera coincidência também assisti a uma proposta feita pelo sr. Presidente da Câmara de Aveiro ao sr. Almirante Gouveia de Melo, quando ele veio, recentemente, inaugurar uma exposição que está a decorrer na Câmara de Aveiro, em que faz o desafio ao sr. Almirante propondo-lhe que fosse reabilitado e reconstruído o Navio Creoula, que a muitos ilhavenses diz muito e que para todos nós representa também muito. Eu também tive a oportunidade de fazer uma viagem recentemente, quando o Creoula esteve aqui à disposição da Câmara, também viajei no Creoula e sensibilizou-me um pouco, nos três ou quatro dias de viagem. E mais uma vez o que nós vemos? A Câmara de Aveiro avança, com dinheiros que certamente irá ter, com o apoio da CIRA, e Ílhavo fica para trás. Ílhavo vai ver o navio a navegar, com a pujança com o desafio feito pela Câmara de Aveiro. E nós estaremos cá para aplaudir e enaltecer o facto do navio estar novamente a navegar. Lembrar que também o Executivo anterior de Ílhavo tinha estabelecido contactos informais com a tutela já no sentido de reabilitarmos o navio.

Muito recente, a Universidade de Aveiro, em parceria com a Administração do Porto de Aveiro (APA), que vai ceder o terreno ou as instalações, e com o alto patrocínio financeiro do PRR, Governo, com cerca de 7 milhões de euros, 6 milhões deles para reabilitar aquilo a que nós chamamos a depuradora, vai desenvolver o Laboratório para Certificação do Produto do Mar, o chamado CITAQUA, projeto que eu acompanho - o sr. Presidente também vai dizer que eu sei tudo - eu sei, tenho o projeto em cima da minha mesa, também estou responsável por isto, e digo-lhe que aquilo é algo de muito significativo e muito importante para o concelho.

O sr. Presidente deve saber que é tão importante que o ministro da Economia, que não é muito, enfim, digo eu, muito do PS, é um homem com grande visão, com grande capacidade, que não tem nada de ideológico, mas que tem muito de cifrões, que tem uma grande capacidade de negociação, porque eu já assisti a formações dadas por ele, virou-se na obrigação de vir cá porque sabe que aquilo tem um potencial financeiro enorme, não só para o concelho, como para o país.

E nós que no passado desenvolvemos esta ideia, recordo perfeitamente o presidente Caçoiло dizê-lo aqui que andava a negociar com a então ministra do governo socialista, com a Universidade de Aveiro e com a APA para fazermos qualquer coisa naquela depuradora, agora Ílhavo apenas aparece na fotografia para inaugurar e para acompanhar aqueles que são os líderes do processo. Mais uma vez, sr. Presidente, lamento informar, mas Ílhavo está a ser ultrapassado. Quero lembrar também que este era o tal projeto do presidente Caçoiло e que chegou a reunir várias vezes aqui com a Universidade de Aveiro e tudo estava alinhado. Faltava o financiamento. Apareceu. Houve a candidatura, muito bem formalizada, com um texto excelente, com o aproveitamento fantástico, encabeçado pelo Professor Ricardo que soube enveredar, que soube constituir uma candidatura que nos vai trazer, muito em breve, pouco tempo, uma realidade nova naquela envolvente toda e que vai abarcar o EcoMar.

Referenciar o facto de tanto se falar nos funcionários da Câmara, dos nossos técnicos, dos excelentes técnicos, do trabalho dos técnicos, e o que estamos hoje a reparar é que alguns dos nossos bons técnicos, por certamente não se reverem no processo que está em desenvolvimento, não estarem, certamente, motivados, ou não lhes serem reconhecidas as suas capacidades, começam agora a sair da Câmara, ou porque já estão na idade da reforma, começam a reformar-se no sentido de abandonar a Câmara. O sr. Presidente sabe do que é que estou a falar porque eu também acompanhei o processo de mais uma pessoa que vai ausentar-se da Câmara e vai para melhor, certamente, e porque aí as suas capacidades serão reconhecidas e vai ter trabalho para desenvolver.

Estes são quatro factos que não poderia deixar de lamentar que tenham ocorrido pois são demonstrativos da reconhecida incapacidade e pouca imaginação revelada por este Executivo em encontrar e promover realizações, eventos inovadores e que projetem o concelho. Aquilo que era, no passado, aqui feito como desafio ao anterior Executivo. Hoje em dia nós vemos que isto é cada vez pior.

É com pena que todos nós assistimos a uma falta de ambição, a uma quase paralisação do nosso concelho no que diz respeito a projetos novos, a candidaturas a Fundos Comunitários de valor - isto basta ver o que está a acontecer nos concelhos limítrofes que hoje conseguem candidaturas elevadíssimas, aprovadas... nós nem sabemos o que já foi aprovado ou, sequer, o que foi candidatado - a parcerias com entidades públicas e privadas, ainda agora foi falado, aqui, por um município, a questão da casa da Mãe Solteira, uma realidade que a Igreja não consegue resolver e que, certamente, vai ter que entregar o edifício à Segurança Social e, certamente, também vai ter que fechar, bem como o apoio em infraestruturas às associações e coletividades do concelho, foi à pouco aqui referida a questão do Illiabum e a situação em que está, parece que não há investimento. No entanto, toda esta reduzida incapacidade, esta inércia em promover investimentos não é compatível à realidade do cidadão ilhavense com

aquele saldo orçamental que nós vamos aqui analisar, não sei se hoje se na próxima reunião, de cerca de 7,5 milhões de euros com que a Câmara vai transitar e que, segundo informações bem fidedignas, será maior, não vão ser só 7,5 milhões de euros. Há de ser maior. Regista-se o redobrado desagrado nesta contradição que não é explicável ao nível da boa gestão dos dinheiros públicos. Por um lado, não há dinheiro para fazer nada, por outro lado vamos transitar com um saldo superior a 7,5 milhões de euros. O sr. Presidente pode-me falar na Lei dos Compromissos, é uma realidade, as verbas têm que estar comprometidas, mas eu também lhe posso falar de uma outra que é o descomprometimento das verbas. Se nós chegarmos ao final do ano e se virmos que não realizamos obra, que não estamos a executar aquilo que está comprometido, só temos uma coisa a fazer: é descomprometer e transferir para outras obras que possam ser feitas. Mas para transferir para outras obras temos que ter os projetos, temos que ter as candidaturas, temos que ter as iniciativas já preparadas. Isto é a realidade. Não estou a explicar, a ninguém, nada que seja novo.

Todos sabemos o que é que está a acontecer com o Governo, também posso dar esta dica. Hoje, o Governo tem uma execução de PRR muito baixa e o que é que faz? Diz às entidades públicas 'vocês vejam lá porque se tiverem despesas anteriores a 2022, desde 1 de janeiro de 2021, pode ser que a gente as possa integrar no PRR, nos projetos do PRR, e assim, ficamos com uma maior execução. O sr. Presidente deve saber disto, não é? É por isso que algumas câmaras avançam de peito feito, com investimentos próprios, sabendo que, mais tarde, aqueles investimentos próprios, com receitas próprias, vão ser integrados no PRR, vão constar do PRR, vão constar no investimento feito pelo Governo. E o custo que tinha sido suportado pela Câmara passa a ser suportado pela Comunidade Europeia. Enfim, não estou a ensinar nada a ninguém que não saibam ou que deveriam saber.

Termino por me congratular com o prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo que a Câmara recebeu, foi atribuído ao projeto Laboratório o Envelhecimento Maior Idade do Município de Ílhavo, cujas instalações, devidamente recuperadas, e concebido aquele projeto se devem, não a este Executivo, mas ao Executivo anterior. Mas, de qualquer maneira, saudar a iniciativa de terem dado continuidade a um projeto que valeu a pena, que vai valer a pena e que espero que continue porque também quero usufruir dele, daqui a uns dias.

Face a este cenário que não augura grande futuro para o concelho - já passaram 14 meses - se alicerçarmos isto no orçamento e nas grandes opções que temos pela nossa frente, e que vamos discutir, proximamente, aqui, nesta casa - considero que deveremos ponderar e pensar conscientemente no futuro que queremos para os nossos vindouros e o que é que podemos fazer àqueles dois documentos em termos de votação.»

Margarida Alves, PSD: (01:10':26")

«Onde estaríamos se a intentona do 25 de Novembro de 75 não tivesse sido bem sucedida. Imaginemos que se concretizavam, de imediato, as restantes nacionalizações de empresas e bancos - pouco restava - e que se implementava a ocupação total das quintas e herdades finalizada na utópica Reforma Agrária em Curso. Imaginemos que os descontentes e os defensores de outra política para o país se concentravam e iniciavam uma luta de contrarrevolução que iria redundar numa mais que provável guerra civil. É bom que os mais novos saibam que estivemos à beira de uma guerra civil, há 47 anos.

A queda do regime espanhol, 5 dias antes, com toda a indecisão no país vizinho, poderia ter como consequência outro rumo e teríamos uma Península Ibérica em ebulição total.

Imaginemos que a NATO e o Pacto de Varsóvia avançavam militarmente para o terreno de modo a garantirem o apoio às suas fações. Seríamos outro Vietnam ou outra Coreia. Ou um paralelo e outra divisão teriam destruído a unidade e a integridade de um país com 900 anos de história. Teríamos mísseis soviéticos no Montijo e baterias antiaéreas da NATO na Serra do Pilar.

Estou tão convencida da importância da comemoração deste dia e da necessidade de homenagearmos as várias figuras nacionais, nomeadamente do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que aplacaram aquela deriva política, que o 25 de Novembro será, em breve, um feriado nacional. Espero não morrer sem assistir a este dia que deve ser simbolizado.

Por isso, hoje, como social-democrata manifesto uma gratidão aos que evitaram a adulteração de Abril, com o 25 de Novembro.

Faz, hoje, 47 anos que a liberdade e a democracia plural ganharam às tentações e intenções totalitárias da esquerda. A nossa gratidão aos que, no 25 de Novembro, evitaram, reforço novamente, a adulteração do 25 de Abril.

Hoje também se celebra o dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, conforme a sara falou.

Depois de assistirmos a esta campanha do Partido Socialista, aqui, por causa do Orçamento do Estado, por causa da aprovação do Orçamento do Estado, da Tomada de Posse do Governo, para mim, estes dias, são mais importantes.

O objetivo deste dia é alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente no abuso sexual, no assédio, nos maus tratos físicos e psicológicos, e sensibilizar a sociedade de modo a que haja cada vez menos casos de violência doméstica. Saíram, hoje, os números. Em todo o mundo, em 201, foram mais de 81 mil as mulheres vítimas de violência. A cada dia que são divulgados estes dados estatísticos, que têm influências políticas e socioeconómicas, etc., há coisas que nós não nos devemos esquecer e que ainda continuam a acontecer nos dias de hoje: a violência nas relações no namoro, a violência intrafamiliar, os casamentos forçados e precoce, a mutilação genital feminina, ou os crimes de honra, a compra e venda da noiva, a opção pelo filho rapaz que se assiste, ao bullying ou assédio no local de trabalho, entre outras.

A violência sobre as mulheres é um problema de poder, de saúde, de igualdade, de educação, de justiça, de economia, de segurança e de desenvolvimento.

A violência sobre as mulheres resulta da discriminação, mas também da indiferença e ausência de cultura de cidadania global e de respeito pelos direitos humanos.

Felizmente, vivemos em Portugal onde temos o suporte legal e onde as mulheres se podem socorrer. Porque não são só as mulheres... são as mulheres e as suas famílias.

Neste 25 de novembro, e no contexto do debate nacional e internacional - e agora temos o futebol a distrair - é importante refletir e reclamar as leis e as políticas centradas nos direitos humanos para todos nós, que permitam às raparigas e às mulheres viverem livres da discriminação, violência, tortura ou tratamento cruel e degradante. Recordem-se os homens que as mulheres são as vossas mães.

Sr. Presidente, naturalmente que tenho aqui dois assuntos: um é uma sugestão e o outro uma preocupação.

Relativamente à iluminação de Natal do município, eu creio que o Município de Ílhavo deveria ser exemplo. A crise energética está a levar que as autarquias do país planeiem ter uma iluminação de Natal ligada durante pequenos períodos e, naturalmente, de baixo consumo. Na cidade de Lisboa, que é a capital do país, as iluminações vão estar ligadas de 6 de dezembro a 6 de janeiro, num horário que só será prolongado no dia de Natal e na Passagem do Ano, das 18:00 às 01:00.

Em Ílhavo não estamos a ser bom exemplo nas iluminações. Já foram ligadas, já temos mais 15 dias de consumo que a capital do país. Porque não seguir os bons exemplos e implementar um horário, imaginemos, das 18:00 às 23:00, de 6 de dezembro a 6 de janeiro? E porque não só ao fim de semana? Como Coimbra. Estamos em guerra, os preços da energia sobem em catadupa, a inflação não trava - ao contrário do que o Partido Socialista promove aqui... não estamos coligados, de facto não estamos - o poder autárquico deve dar bons exemplos para a consciência dos cidadãos. O Natal é mais do que uma festa, muito mais que luzes. Vivemos momentos difíceis de contenção energética, de solidariedade e devemos ambicionar a paz. O município tem que ser sensível e dar o exemplo, sr. Presidente. Os comerciantes, alguns, já estão a dar esse exemplo. As empresas e os prestadores de serviços também já o fazem. Eu vou finalizar porque é uma questão pertinente para os cidadãos.

Em março de 2022, o sr. Presidente da Câmara reuniu com a GNR e manifestou a sua preocupação com o que se estava a passar, nomeadamente na Freguesia da Gafanha da Nazaré.

Nos últimos dias, a Freguesia da Gafanha da Nazaré tem sido alvo de violência física e de assaltos que preocupam, numa dimensão e aumento de criminalidade nunca vista, nomeadamente na Praia da Barra. Na semana passada, foi assaltado um taxista, o Sétimo Ano e uma casa particular. Na Avenida José Estêvão foi o assalto a um quiosque, perto da Igreja, uma frutaria com registo em vídeo, em que a GNR atuou usando os poucos meios que têm para capturar os malfeitores, e foi transmitido na comunicação social.

Questionamos: para onde caminhamos? Para onde a pressão ao ministério para fortalecer os quadros e os meios da GNR no nosso concelho? Obrigada.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:19:00")

«Muito obrigado, sr. Presidente.

Relativamente à intervenção do sr. Sérgio Louro, nós vamos ficar sensíveis àquilo que refere. Muito se tem falado sobre este assunto de energia, redução de energia, agora falamos sobre a cobertura do Pavilhão do Illiabum. Acredito que tantas preocupações o senhor tem que

ainda não percebemos onde é que está o seu foco de atuação. Portanto, mais uma vez lhe digo que poderemos conversar sobre estes assuntos, e outros, na Câmara Municipal consigo. O senhor vem sempre dotado de determinados documentos e nós queremos mesmo conhecer a razão das suas preocupações. Nós assumimos as nossas responsabilidades. Se aquela cobertura de amianto que o senhor refere tiver condições que não são dignas para a prática do basquete ou para estarmos lá em baixo, não é de hoje, já é do passado, e, portanto, foi feita uma cobertura metálica por cima, pensamos que a situação está em conformidade com aquilo que a lei nos exige. No entanto, estaremos disponíveis para trabalhar essa matéria. Ficou o registo. O sr. Vereador, depois, se quiser fazer uma intervenção poderá fazer. E também lhe diria que as intervenções, aqui, são sempre dirigidas ao presidente da Câmara e não aos senhores Vereadores, porque é, neste caso, o presidente da Câmara que responde, podendo, depois, delegar.

Relativamente aos pontos da recolha de óleo, os oleões, nós fizemos, no ano passado, pode ver isso pelos regimes de contratação, um acordo com uma empresa que é a Hardlevel, porque o acordo que havia, no passado, com a PRIO não resultou. Falhava na recolha.

E queria-lhe dizer isto, que também já disse relativamente a outras situações. Todos estes serviços que se prestam de recolha têm custos associados de mão de obra, o valor do transporte e tudo isto. Portanto, a matéria recolhida não paga esses custos. Nós temos a existência de um contrato com essa empresa, que lho poderei enviar se assim o desejar ou o senhor vir cá consultar. Eu preferia que o senhor viesse cá consultar e falaríamos sobre isso. Neste momento, nós estamos a fazer um trabalho muito grande sobre os combustíveis. Essa relação que existe, hoje, da associação e da transformação de óleos usados para componente do biodiesel, pode resultar que Ílhavo venha a ser a primeira câmara municipal a utilizar esse tipo de combustíveis. Estamos a trabalhar nisso e a seu tempo daremos nota. Já vi aqui também um outro autarca, o sr. Flor Agostinho, muito preocupado com estas notícias que vão saindo. Na devida altura, estaremos cá para discutir sobre estes assuntos, como é que foi feito, como é que não foi feito, quando é que foi feito. Teremos cá isso. Mas vamos ao que é mais importante.

Eu fico muito contente com as recolhas. Não tenho dados, neste momento, para lhe dar, mas sei que estão a funcionar. Não tem havido deterioração dos equipamentos e destruição desses equipamentos. Eles estão praticamente todos novos, são de 2021. Substituímos os outros que estavam. Também no nosso Ecocentro há um significativo número de litros recolhidos.

Numa visita que fiz à PRIO, de aproximação entre a Administração e a Câmara Municipal verifiquei que nós somos mesmo deficitários. Agradeço-lhe muito ter mencionado isto aqui e que toda a gente fique sensibilizado para que cada gota de óleo usado deve ser posta nesses sítios ou levada para tratamento. Isso é que é importante. Agradeço-lhe muito ter trazido este assunto porque nem todos estamos sensibilizados. Se calhar metemos isso nos RSU e podíamos dar nova vida a esse produto

Relativamente ao sr. Pedro Martins, fico contente por ter feito os registos do Orçamento do Estado, das transferências para o Governo. Penso que podia ter dito mais. Esta atualização que está a ser dada, agora, em janeiro, pressupõe-se que, nos próximos anos, já esteja incluída na transferência. Se calhar devia ter sido por aí que o senhor devia ter visto a coisa e não ao contrário. Aquilo que se está a fazer é um ajuste de verbas e, portanto, no próximo ano já deverá vir a contemplação dessas verbas nos valores. O senhor, realmente, disse bem porque havia um atraso nesses pagamentos, mas depois utilizou três momentos diferentes. Num momento explicava-se tudo: o Governo resolveu regularizar uma coisa, por pressão da Associação nacional de Municípios, que já reclamava essas verbas, já as Juntas de Freguesia reclamavam essas verbas, e, portanto, está a atualizar isso e muito bem. Se calhar é pelas receitas exageradas que tem tido, mas isso deixemos para outro patamar porque eu, aqui, vou debatendo os assuntos do nosso município. Mas também não passo ao lado dos outros. Fez uma referência, focou isso, o sr. Presidente da Assembleia vai condescendo a assuntos, neste período, que depois são discutidos no relatório da Atividade Municipal, mas isso é o sr. Presidente da Assembleia que gere. Deixar-lhe-ia uma nota relativamente às Associações e às verbas que nós vamos transferindo para as Associações. Nós temos um regulamento que foi aprovado aqui na Assembleia. Tentamos cumprir com ele. Todas as associações, já ouvi aqui a referência ao IIIIabum, fizeram algumas candidaturas em que a Câmara estaria como financiadora para que essas candidaturas fossem possíveis de realizar. Nós entendemos que algumas coisas já não eram possíveis realizar, pelo tempo, pelo investimento que era, pela qualidade desses equipamentos, e, portanto, não investimos. Essas verbas, muitas das vezes, não estão nas verbas que as associações assim precisam.

E dando resposta também ao sr. Flor Agostinho, claro que vamos alterando o nosso orçamento à medida que algumas verbas estão disponíveis em algumas rubricas do nosso orçamento, normalmente isto acontece no mês nove ou dez, em que vemos que já não temos tempo para executar aquilo que queríamos e vamos transferindo isso. por isso é que depois se leva à Assembleia ou à reunião de Câmara as alterações de orçamento. Depois, a Assembleia conhece isso tudo na aprovação das contas. Isto é uma leitura que todos os autarcas têm, portanto, nada de novo aqui.

Relativamente ao assunto das piscinas. Já percebi que esse assunto tem mexido um bocadinho com o Partido Socialista.

Relativamente às inscrições na escola Municipal de Natação, foi, sim senhor, dividido em duas partes: em julho e em setembro. Quanto à situação que o senhor diz que 'a primeira destinava-se, exclusivamente, a residentes no concelho de Ílhavo e segunda aberto a não residentes'. É falso o que o senhor diz. É falso, peço desculpa... por aquilo que possam estar a julgar. Como é que isto foi feito? Foi feita uma primeira fase que foi de renovações, em julho, para residentes e não residentes, e uma segunda fase de novas inscrições, em setembro, que se iniciou para não residente e depois para residentes, apanhando o leque todo das duas fases.

Aquilo que mais me dá indicações do trabalho que foi feito é que o número de vagas, em julho, foram 852; em termos de renovações, de número de munícipes, 181 e não residentes/munícipes de 146; em setembro, foram abertas para 552... novas inscrições, para não munícipes, 249. Nessa altura, das 276 de setembro, tivemos novas inscrições de não munícipes de 34 e 84 para Ílhavo, e na Gafanha da Nazaré 122 e para não munícipes 61. O que perfaz um total de 232 e. no outro lado, 338, o total de vagas para a Piscina de Ílhavo. Portanto, cobrimos completamente o que era possível cobrir, mediante as pessoas que se puderam inscrever nestas fases e demos resposta aquilo que nós queríamos, que era ter a utilização das nossas piscinas. Não excluimos ninguém.

Depois, também gostaria de lhe dizer uma coisa e que a Assembleia reconheça esta informação como sendo para todos. O Executivo Municipal, no próximo trimestre, fará a revisão dos regulamentos que achar por bem fazer, este poderá ser um deles, e muitos outros que estão na Câmara Municipal. Se algum deputado municipal tiver intenção de participar com alguma informação que julgue, pela leitura que faz dos regulamentos, naquilo que à a estrutura dos regulamentos municipais, que se chama Edifício Municipal Regulamentar, estamos abertos a podermos fazer esse trabalho, como o nosso gabinete jurídico, em cooperação com os senhores autarcas, incluindo os de Freguesia também.

O sr. Luís Leitão fez referências à governação, ao Orçamento do Estado, e falou sobre o IRS jovem. Há coisas que eu até podia esperar. É o Governo, em alguma decisão, pudesse até pensar subir os escalões do IMI e nós até já podíamos ficar no IMI mínimo. Neste caso do IRS jovem, para alguns jovens pode significar a receita de três ordenados, face a um valor que o Secretário de Estado apresentou. Eu vi essa notícia. Houve outras, mas fico muito contente pro o Governo ter tomado esta decisão. As nossas tomadas de decisão sobre o IRS tem-nos dado muita perda de valor de receita. O sr. Pinto Reis já referiu os valores. Corroboro o que disse já que tenho a noção da perda de receita por base dos impostos. Também tenho essa informação. Também fico triste que em relação aos 11 municípios da CIRA estarmos no segundo nível, em termos de perda de receita, quando outros vão receber mais.

Mas ainda vêm mais notícias por aí, nomeadamente na descentralização da Ação Social que também terá um ajuste nos valores que foram feitos. Porque este processo de descentralização tem, por base, reajustes constantes ao processo. No caso da Educação, se os rácios subirem vamos receber mais dinheiro. Na Ação Social se houver mais evidências, nomeadamente no que tem a ver com aquilo que são os princípios de governação que as câmaras possam possam nesta base da descentralização na Ação social. Ou seja, as câmaras que tomaram o poder por completo sobre a Ação Social, terão menos ajustes de verba. Aquelas que delegaram continuaram a delegar como já estava feito pela Segurança Social, e terão um ajuste, uma compensação, face ao desgaste dos equipamentos, aos técnicos e às equipas. Acredito que nós possamos ter uma compensação, em breve, no valor que já foi aqui aprovado relativamente a essa descentralização.

Na mobilidade não terei muito a dizer. Nem concordo, nem discordo. Acho que é um tema que tem que vir, cada vez mais, à conversa de todos nós. É um caro processo, posso dizer. É uma despesa elevada. É uma despesa difícil para quem se quer instalar nesta área da mobilidade. Cada vez temos mais dificuldades em perceber quem são os intervenientes nos transportes, por exemplo, públicos. Estamos quase com a agremiação de todas as empresas numa só. Vamos ver o que é que isto vai dar. Temos um processo importante que eu vos pedia para tratarmos ainda hoje, para depois remeter para a CIRA. Ficaria esta nota.

Relativamente à Sara Fernandes, parece-me bem as referências paralelamente com a Margarida que depois, peço desculpa pelo que vou dizer, iluminou muito mais o tema. E muito bem.

Relativamente ao sr. Flor Agostinho, eu, em relação à nossa Assembleia Municipal de Ílhavo, irei responder. Sobre o que possa ser discutido noutras Assembleias, deveria estar lá, nessas Assembleias, a falar sobre isso.

Sobre o Creoula. É um processo antigo. É um processo que já tem a vontade da CIRA de poder fazer, com os Municípios uma parceria de financiamento para que o Creoula possa voltar a navegar. Não me parece que seja uma realidade para breve. No entanto, acredito muito, ao contrário do que o senhor possa pensar, na governação do nosso presidente da CIRA.

Relativamente à UA, eu não sei se o senhor estava a evidenciar a melhor relação que a UA tem, hoje, com a Câmara ou se estava a dizer o contrário. Aquilo que me parece é que a UA tem tido uma transparência muito grande, e sempre teve, com a Câmara Municipal de Ílhavo sobre estes assuntos. E que não se perdeu, de forma alguma, tem-se vindo a capitalizar. Às vezes, quando se caminha na idade também se fica com mais conhecimentos e penso que as pessoas o têm feito. Se o senhor está a pensar noutras situações, deixo consigo esse pensamento e, como funcionário público que é, também lhe deixo esse pensamento.

Há um assunto que me preocupa um bocado. Ainda não percebi se o senhor está a trabalhar na Câmara Municipal, se está fora da Câmara Municipal. E deve preocupar a mim e a todos os munícipes que estão lá em casa e a todos os autarcas que estão aqui. O senhor, muitas vezes, refere que está muito bem informado e com fontes fidedignas. E não vai a gravação enganar ninguém, nem nada. Isto é preocupante. Não percebo muito bem onde é que o senhor quer chegar, não percebo muito bem o que é que o senhor está a querer referir. Olhe, nunca tive esse comportamento com ninguém, não vou ter nunca na vida, nem nunca o fiz. Eu estive aqui, paralelamente, com um Executivo que o senhor elogia, e bem, durante 2 anos, nunca critiquei, nem nunca soube nada do que se passava aqui dentro, nem procurei saber. Percebe?! É só o que lhe estou a dizer. Aquilo que o senhor referiu que vem a público, o senhor faz, por vezes, essa interpretação, fica-lhe bem e acredito que lhe fique bem. Mas fica-lhe um bocadinho mal - não estou aqui a dar-lhe, e alguma forma, uma lição, porque o senhor é que mas dá a mim... eu fico contente - fico um bocadinho na dúvida como é que o senhor pode dizer "tenho informações fidedignas sobre o saldo de gerência que possa ser superior". Muito bem.

Relativamente aos trabalhadores, há três ou quatro situações que eu tenho que referir.

Eu não tenho posição nenhuma sobre a questão de um trabalho que pretenda aproximar-se da sua morada para trabalhar. Nem tenho, por norma, proibir qualquer pessoa que o queira fazer. E essa situação, para que toda a Assembleia fique a saber o que aconteceu, resulta do facto de haver pessoas que não conseguiam suportar as despesas de deslocação face ao ordenado que recebiam. Há já algum tempo que os autarcas proíbem essas saídas, ou seja, adiá-las. Eu faço questão que nada disso aconteça nesta Câmara. As pessoas são livres de concorrerem a concursos, se quiserem mudar. Muitas pessoas, quando estão na sua carreira de assistentes operacionais ou assistentes técnicos, passam a estudar, têm uma formação superior, podem candidatar-se a técnicos superiores, podem ter essas opções todas e a Câmara pode, por mobilidade interna, não o fazer. São decisões que o Executivo toma com as pessoas que gerem os recursos humanos. Outras saídas que há, são pessoas que vão para outros cargos, para chefias de serviço, por exemplo, e que não deixam de ser quadros da Câmara Municipal de Ílhavo. Como outras pessoas que, muitas das vezes, saem, por um ano, com uma licença sem vencimento, com a possibilidade de voltarem a exercer o seu cargo. Nem percebo porque é que o senhor traz estes assuntos para a Assembleia Municipal. O senhor deve pensar que isto vai trazer à comunidade um assunto de debate. Só que as pessoas conhecem muito bem quem cá está, conhecem muito bem quem fala.

Dir-lhe-ia isto com toda a clareza: vamos continuar a fazer o nosso trabalho. Não lhe consigo dar registo das pessoas que entraram e saíram nos últimos 24 anos da Câmara. Sei que há pessoas que se reformaram neste período, connosco aqui e que nos agradeceram a forma como trabalharam, como foram recebidas por nós. E nós da mesma forma para com eles.

Agora, vir com estes assuntos para aqui ou para uma reunião de Câmara, ou para outro lado qualquer, como um assunto de café?!

Relativamente à Margarida Alves e à questão da segurança. Permita-me destacar este assunto porque também é uma questão que nos preocupa.

Antes, quanto à iluminação e Natal, muito antes desta situação da seca agravada e que se verificou durante este ano, a Câmara Municipal já tinha feito, em fevereiro e março, este processo. Avançámos com ele, achávamos que as coisas não iam ter os moldes que têm

hoje, fazemos a racionalização das despesas todos os dias, permita-me dizer-lhe. Quando pensámos que a iluminação e Natal podia funcionar a partir do dia 15 de novembro, da forma que o tornámos público, pensámos, também, na economia que pode trazer para o Município. Acredito que os meus colegas tenham outros exemplos. Podíamos segui-los, mas tomámos esta posição. Fico com a referência, mas hoje não estamos com intenção de voltar a trás. Pensamos que o nosso orçamento responde claramente a esta situação. Conseguimos negociar o fornecimento de energia elétrica. Até ficou um bocado abaixo daquilo que estávamos à espera, quer pelos aumentos, quer pela verba que tínhamos alocado. Tirámos, no outro dia, um valor perto do meio milhão de euros ao valor que tínhamos alocado. Portanto, conseguimos aqui alguma redução no consumo a energia municipal, mas vamos continuar a fazer isso. Estamos a tentar, no casco antigo, colocar leds em substituição do que tem lá. Portanto, vamos continuar com algumas iniciativas que levem à redução do consumo de energia para se poder poupar.

Relativamente à segurança. Sabemos dos três casos que refere, do senhor que foi agredido com um martelo, do assalto ao Sétimo - que não é o primeiro, já é o segundo - e também sabemos da violência na Gafanha da Nazaré que, por acaso, foi na mudança de turno.

Digo-lhe, sinceramente, que nos preocupa a falta de efetivos. E neste momento, nem é só a falta de efetivos, por o nosso comando distrital não querer ou outra coisa. Não há, neste momento, voluntários para a GNR, nem militares a serem formados suficientes para aquilo que são as necessidades. Temos que viver com esta realidade. Muitas das vezes os nossos postos estão com contingentes mínimos. Temos que andar a render daqui para a Gafanha, da Gafanha para aqui. Num evento como a Maratona, para ter noção, tivemos que pagar quase 5 mil euros de policiamento, porque se os nossos postos tivessem 30 efetivo nós conseguiríamos, desse efetivo, ter alguns em permanência nesse dia. Teve que ser tudo gratificados. Estes eventos começam a complicar-se quanto à sua existência. É, de facto, um problema a gestão disto tudo, que merece reflexão futura.

A GNR tem feito os eu melhor. Pensamos que tem havido atuação de outras forças paralelas à GNR para que estas coisas não aconteçam. Como sabe, uma destas pessoas, na Gafanha, foi apanhada e identificada. Vamos ver o que é que vai dar. Muito obrigado, sr. Presidente. É tudo o que tenho a dizer.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:40':42")

«Muito obrigado, sr. Presidente. Abria, agora, as inscrições para uma segunda intervenção. Ainda resta algum tempo para o partido Socialista e para o Unir para Fazer. O PSD e o CHEGA esgotaram o seu tempo.»

António Flor Agostinho, PSD: (01:41':47")

Em Defesa da Honra

«É só para dizer o seguinte. Nós vivemos numa democracia, temos o direito a falar com toda a gente e podemos falar com toda a gente. Eu não tenho culpa em participar em vários júris, na minha instituição ou em outras instituições para o qual sou convidado em termos de elemento externo a essa instituição. As entrevistas são públicas e nós, nas entrevistas, ouvimos tudo. Assim como todas as pessoas que queiram assistir a essas entrevistas ouvem o que vai na alma das pessoas que são entrevistadas. É só isto que eu queria dizer. Tudo é público. Tudo é democrático. Tudo pode ser escrutinado, seja o que for, nesta Câmara, noutros municípios, noutras instituições. É isto que eu tenho a dizer. Eu ouço e tenho o direito de transmitir aquilo que ouço, que é público. Não me é pedido segredo, sequer.»

Pedro Martins, PS: (01:42':25")

«Telegraficamente. Senhor Presidente da Câmara, sobre as piscinas, eu não trouxe novos factos para aqui. Eu limitei-me a referir uma intervenção do CHEGA na última Assembleia Municipal em que foram tecidas determinadas considerações. Se o sr. Presidente, nessa Assembleia Municipal, tivesse respondido ao membro do CHEGA como acabou por responder agora, se calhar não se tinha levantado este bruí à cerca de uma suposta violação do regulamento. É simplesmente isso. Eu coloquei a questão. Julgo que estou esclarecido porque deduzo, das suas palavras, que o regulamento foi respeitado e não houve duas fases de inscrições, primeiro para os residentes no município e, depois, para os não residentes. Portanto, nessa parte estou esclarecido. Limitei-me a colocar a questão e estará respondida. Quanto à questão do Orçamento do Estado para 2023, aprovado, hoje, na Assembleia da República, o que é que nós temos? Temos mais Fundo Social Municipal. temos mais Fundo

de Financiamento da Descentralização. Ílhavo pode beneficiar disso. A ver vamos, de pois, no debate obre o Orçamento. Mas uma coisa já temos como certa: temos mais saldo de gerência no Município de Ílhavo. Portanto, dinheiro, em Ílhavo, não falta. É preciso é pôr mãos à obra, resolver os problemas das pessoas e faça-se obra. É isso que todos nós interpelamos o Executivo e incentivamos o Executivo.

Eu gostava só de acrescentar uma coisa. Eu ouvi atentamente a intervenção do Flor Agostinho e posso dizer que, em geral, concordo com a intervenção do Flor Agostinho nos temas fulcrais que aqui apresentou. Agora, nós, PS, discordamos de uma coisa. É que o declínio de Ílhavo não começou agora. Já vem detrás. O declínio de Ílhavo já vem detrás. Não foi agora, no início do mandato deste Executivo. Mas também não creio que este Executivo ainda esteja em 'estado de graça'. Mas ainda está a tempo de demonstrar obra. Está tempo de içar as velas, de navegar.

Mas já não está em 'estado de graça'. Tem que executar obra. E não estamos a ver nada. Muito obrigado.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (01:44':57")

«Antes de mais, pedir desculpa por não ter escrito a intervenção. Se calhar tinha sido melhor, era muito fluída. Assim vai um bocadinho mais por pontos que aproveitei.

Queria trazer três pontos de reflexão para nós todos, aqui.

Começando já por referenciar o primeiro ponto. Dizer a todos nós, que já sabemos, mas principalmente às pessoas que estão em casa, que esta sessão da Assembleia Municipal é a mais importante que temos. E porquê? Porque vamos decidir as Grandes Opções do Plano. O Executivo vai apresentar os projetos que tem para o futuro. Vamos discutir as receitas e as despesas da Câmara Municipal, ou seja, o nosso Orçamento. Vamos discutir os impostos que a nossa Câmara irá cobrar e até os que a nossa Câmara irá prescindir de cobrar.

De todos estes temas que referi, se calhar, todos os que aqui têm direito a voto poderão não concordar com alguns. Nalguns uma divergência profunda, noutros uma divergência mais suave. Ou, simplesmente, porque são oposição e estão a fazer os eu trabalho.

Tenho aqui uma citação de Margaret Thatcher que diz "jamais esqueçam que não existe dinheiro público, todo o dinheiro arrecadado é tirado do orçamento doméstico". O que é que eu quero dizer com isto? Na minha interpretação, se calhar na vossa será diferente, acho que existe uma grande responsabilidade de todos para o rigor dos gastos, sem despesismos, nem aventuras, em períodos que se preveem de crise. Esta mensagem, para mim, é a mesma se tivermos um euro, se tivermos um milhão de euros, ou 7 milhões ou mais de euros.

O segundo tema que queria trazer-vos aqui, para reflexão para todos nós, é o trabalho que está a ser desenvolvido e que começou com o anterior Executivo, continuando a ser desenvolvido por este Executivo e que é a alteração do Plano Diretor Municipal (PDM). Eu não posso deixar de dizer - e posso explicar porquê a seguir - que se trata de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do nosso município. Ontem tivemos, aqui, uma sessão de esclarecimento sobre o que é que estava a mudar no PDM. Infelizmente, tivemos muito poucas pessoas a assistir, nem metade do número dos membros desta Assembleia Municipal presentes. E quando eu digo que é importante para o nosso município basta olharmos para o nosso orçamento. Nas nossas receitas, o que temos? IMI. Se não há mais desenvolvimento urbanístico, se não há mais construção, de onde virá o IMI? E nós precisamos de mais pessoas, porque o Município torna-se maior, mais grandioso se tiver mais pessoas. A dimensão da nossa câmara não se mede por quantos quilómetros quadrados temos. Mede-se pelas pessoas que nós cá temos. Por isso é que eu acho que a ferramenta do PDM é essencial para o desenvolvimento. Temos que lhe dar valor. Por isso é que eu quis trazer este exemplo aqui para reforçar este mesmo ponto.

Eu pensei neste exemplo, mas é meu. Não queria comprometer ninguém. Tenho esta dúvida desde o início desta semana. Não sei se chegasse aqui um empresário e me disse que construía 300 fogos habitacionais a custos controlados, com apoio de benefício fiscal de taxas e impostos da Câmara, ou chegasse aqui um empresário e dissesse eu construo uma fábrica que crie 300 postos de trabalho... eu, para o interesse do nosso município, das receitas futuras do nosso município, eu, Pedro Cristo, optava pela construção dos fogos urbanos.

Fica só um desafio ao Executivo Camarário. Dado que a Estratégia Local de Habitação está em curso, reforçando aquilo que disse, na altura, na aprovação da mesma, penso que poderíamos utilizar a construção a custos controlados com os investidores a serem estimulados para o fazer no nosso município. Isto é um exemplo que vem de outros lados. Não estou aqui a criar nenhuma candidatura para o próximo presidente da câmara de outros lados, mas Aveiro tem esse exemplo que poderia ser bem avaliado.

Terceiro e último ponto. Gostaria de partilhar o eu me aconteceu, há um ano. Recém-empessoado como autarca, cheio de vaidades, ao deslocar-me para o trabalho - vivo na Ermida - passo pela Carvalheira verifiquei que encostados a dois contentores estavam dois colchões, uma estante enorme, mais uma cama e mais uma catrefada de coisas ao lado do contentor. É lógico que, como bom português, diz-se umas asneiras, vai-se revoltado - demoro vinte e poucos minutos a chegar ao trabalho - zangado, a dizer mal de tudo e mais alguma coisa acontece que quando cheguei ao trabalho deu-me uma epifania qualquer - apesar de ser Cristo, não foi por aí - mas deu-me uma epifania e lembrei-me que, se calhar, faltava-me fazer qualquer coisa. E liguei para este número [234 352 549]. Isto é o serviço que faz a recolha dos monos e dos verdes. Atendeu-me um assenhora muito simpática e eu disse-lhe o que é que se estava a passar, expliquei-lhe o que é eu se estava a passar. Tive sorte, era uma quarta-feira, e no final do dia estava tudo recolhido. Quando uma lâmpada está fundida na nossa estrada, normalmente eu vejo, sai tudo no Facebook, e vejo sempre que ali fundiu uma lâmpada. Este é o número da E-Redes [800 506 506]. É óbvio que a Câmara tem a obrigação de manter as nossas estradas, todos os caminhos, aqueles que são da sua responsabilidade, em condições. Aparece um buraco, acolá, hoje, e aparecem nas redes sociais. E também temos este número [234 329 600]. Liguem. Já agora, para terminar, com mais uma citação. John Fitzgerald Kennedy disse: "Não perguntes o que é que a tua pátria pode fazer por ti. Pergunta antes o que tu podes fazer por ela.". E é assim que eu gostava de concluir. Gostava de concluir que podemos fazer de Ílhavo um município ainda melhor se todos participarmos, se calhar com estas pequenas coisinhas, mas participarmos de uma forma ativa. Obrigado.»

Da Câmara Municipal

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (01:52:48")

"Boa noite. Muito rapidamente para não esgotar o tempo, mas porque a mensagem é mesmo muito importante. A casa que foi aqui referenciada como a Casa das Mães Solteiras, por favor, não é a Casa das Mães Solteiras. É o Lar Divino Salvador que acolhe, exatamente, mulheres e crianças vítimas de violência. Era só esta a mensagem que eu gostaria de deixar. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:53:16")

«Encerramos, então, o Período de Antes da Ordem do Dia e avançamos, já para a Ordem do Dia.»

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 1. "Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para o Congresso da ANMP 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:53:20")

«Ponto 1. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para o Congresso da ANMP 2022.

Antes de concretizarmos a eleição, permitam-me um muito breve esclarecimento prévio. O Congresso da Associação Nacional de Municípios ocorre de dois em dois anos, tendo o último sido realizado em Aveiro, em dezembro de 2021. Pelo que o próximo será em 2023. Como o histórico dos Congressos demonstra que não há uma calendarização normalizada para a realização do evento, leva ao bom senso, de todos nós, que se proceda já a esta eleição, precavendo o risco de falta de agendamento de Sessão da Assembleia Municipal que antecipe o Congresso de 2023 e inviabilize a eleição.

Além disso, para podermos eventualmente aligeirarmos o procedimento, dado que há o entendimento e acordo entre os Presidentes de Junta quanto à rotatividade da representatividade, caberia, segundo informação dos próprios, à nomeação do Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva, já que no congresso de Aveiro a representação coube ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador.

Neste sentido, questiono o Plenário - mesmo os Srs. Presidentes de Junta, apesar de não terem direito a voto neste processo - se podemos prescindir, ou não, da formalidade prática do voto em urna e assumir a eleição, em função do que tem sido o acordo de princípio entre os Presidentes de Junta e o Plenário da Assembleia Municipal.

Eu apenas estou a questionar.

Vamos então proceder à votação formal do representante das Juntas de Freguesia do próximo Congresso da ANMP e do respetivo substituto.»

Foi feita a chamada individual dos autarcas presentes, com exceção dos presidentes das Juntas de Freguesia, para a votação - voto secreto (01:59':19")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:02':29")

«O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha, e o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva, foram eleitos representantes das Juntas de Freguesia do Município de Ílhavo ao Congresso da ANMP de 2023, como elemento efetivo e suplente, respetivamente, por Unanimidade.»

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs a suspensão dos trabalhos para um curto intervalo. Eram 23 horas e 3 minutos. (02:03':13")

Retomados os trabalhos às 23 horas e 15 minutos. (02:15':27")

Ponto 2. "Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:15':27")

«Vamos passar ao ponto 2, Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros. Começava por dar a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:25':46")

«Este documento que é apresentado à nossa Assembleia vem perante a necessidade que a CIRA tem de apresentar este documento ao Tribunal de Contas. Terá que ter anuência e a aprovação pela nossa Assembleia Municipal. Penso que a informação está toda presente no documento. De salientar que um dos concorrentes, e único, ao concurso apresentou um valor mais baixo. Nós achamos que o documento que já tinha vindo aqui, à Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2017, deveria ser apresentado novamente, conforme referido nos considerandos.

Deixo à consideração da Assembleia a votação desta proposta de deliberação. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Pedro Martins - PS: (02:17':32")

«Nada a opor à celebração deste aditamento entre o Município de Ílhavo e a CIRA, de modo a que se possa assegurar o financiamento necessário da Comunidade Intermunicipal para que esta possa cumprir, escrupulosamente, a nível financeiro o contrato com a empresa concessionária do serviço público de transportes da Região de Aveiro.

Portanto, este aditamento é de aceitar, no quadro da solidariedade institucional que é devida nas relações entre a CIRA e os diversos municípios que a integram, incluindo Ílhavo, para que a CIRA esteja minuciada com os fundos necessários ao cumprimento das suas obrigações para com o operador de transportes públicos contratado, assegurando-se assim, desde logo, o equilíbrio financeiro do contrato de concessão.

No entanto, gostaríamos de aproveitar este ponto para referir o seguinte. Sentimos que tem que haver, apesar de tudo, um nível de exigência maior de Ílhavo junto da CIRA, de modo a

que, no futuro, haja melhorias nos traçados, frequência de carreiras, etc., com o incremento da frequência entre cidades, incluindo também um circuito pelo Parque de Ciência e Inovação. Em todo o caso, não podemos deixar também de aproveitar esta oportunidade para relembrar, por outro lado, que nos parece essencial um estudo exaustivo das necessidades de transporte sentidas pelas populações dentro do nosso município, na nossa área territorial.

É imprescindível conhecer, aprofundadamente, as necessidades de transporte na área do nosso município, entre freguesias e lugares - um estudo que continua por fazer - porque, como sabemos, sem diagnósticos bem feitos não é possível decidir bem.

Portanto, nos próximos anos não se perca a oportunidade de estudar e planejar para detetar as carências sentidas a este nível, pelas populações, e supri-las dentro daquelas que forem as possibilidades do município.

O 'Ilhavo IN' já lá vai e não terá sido a melhor das experiências. Provavelmente haverá que voltar à estaca zero e recomeçar de novo, até porque a concessão da CIRA, esta que é objeto deste ponto, deste aditamento, não tem o condão de responder à carência de transportes coletivos sentida na nossa área territorial, nas interligações locais, entre as Freguesias e Lugares. Muito obrigado.»

Daniela Alegria - UPF: (02:20':23")

«É com manifesta satisfação que vejo ser debatido, hoje, na nossa Assembleia Municipal, um assunto que considero pertinente e oportuno na sua objetividade imediata, nas várias valências que poderão ser beneficiadas a longo prazo, quer pelos nossos munícipes, quer por quem nos visita ou tenha qualquer tipo de atividade no município e nos acrescente enquanto comunidade.

A mobilidade, para além de ser, ou deveria ser, um direito fundamental de todo o cidadão, é, também, uma ferramenta de igualdade e inclusão para todos. Acresce a oportunidade de fazer crescer a economia local, o acesso ao emprego, à escola, às atividades culturais, bem como aos cuidados de saúde, assim como a uma vida social ativa e benéfica.

Portanto, o planeamento da mobilidade urbana é fundamental, tanto para as novas áreas que poderão ser urbanizadas, no futuro, assim como para os territórios implementados atualmente.

O conceito de mobilidade urbana é também uma questão de sustentabilidade, já que está intrinsecamente ligada ao tipo de transporte usado, sendo de salutar a preocupação com os trajetos, dando a possível cobertura territorial, e considerando atenuar impactos ambientais causados por combustíveis fósseis que degradam o ambiente.

Neste aspeto, seria interessante que as empresas contratadas fossem sensíveis a este novo paradigma, implementando medidas viáveis para a redução de emissões de CO₂.

A consequência da falta de mobilidade para a população são, na maioria das vezes, motivo de segregação social por todos os motivos acima mencionados e que resultam na falta de equidade entre todos os que pretendem ser ativos nas suas comunidades e que merecem ter o mínimo de qualidade de vida gerindo os seus horários, bem como os seus recursos financeiros sem desperdícios. Isto também é sustentabilidade.

É, portanto, com esperança num futuro mais equilibrado que vejo este contrato assinado pelos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, como mais um passo para a valorização na solução do problema dos transportes públicos, nomeadamente a preocupação em dinamizar a mobilidade entre municípios e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos serviços prestados. Compreendemos que a cobertura será a possível. No entanto, a possibilidade de crescimento será, com certeza, uma constante.

De salientar aqui uma questão que deve ser uma causa de todos. Ou seja, o processo de compensação financeira para as autarquias. Sabemos que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto beneficiam de avultados investimentos por parte da Administração central, o que permite aos munícipes, e não só, a circulação sem limitações e a baixos custos. Deste modo, temos que exigir que as nossas autarquias sejam compensadas de um modo justo e igualitário. Só assim podemos combater a desertificação do território de valor inestimável, bem como proporcionar aos seus habitantes a possibilidade de acessos aos serviços.

No caso particular de Ílhavo, acrescento que somos um município parceiro da Universidade de Aveiro. Logo, com a oferta de uma boa rede de transportes públicos poderíamos colmatar problemas de habitação, quer de estudantes, quer de docentes deslocados, assim como beneficiar a utilização de equipamentos culturais e desportivos com a permanência, mais ou menos, prolongada deste grupo específico, assim como do comércio local.

No que às empresas diz respeito, seria uma mais-valia pois a facilidade de deslocação dos colaboradores para os seus postos de trabalho poderia dar um acréscimo à atividade

económica, contribuindo para a fixação de sectores empresariais e para a diminuição do desemprego jovem

Posto isto, esperamos sinceramente que este seja um processo em constante melhoria e crescimento, a bem de todos os que querem ver a sua comunidade bem alicerçada em valores fundamentais como a igualdade de oportunidades. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:24':23")

«Não havendo mais intervenções nesta primeira ronda, dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:24':30")

«Não há grandes registos daquilo que foi dito. A única coisa que eu poderei dizer é que vamos continuar a partilhar com a CIRA as nossas preocupações em termos de transportes. Teremos sempre uma noção, naquilo que formos partilhar: é a rentabilidade desses mesmos transportes e a parte que possa onerar a Câmara Municipal para que eles se possam efetuar. Eu vi a referência relativamente ao Parque da Ciência e Inovação e penso que já está colocada neste contrato. No entanto, há sempre a possibilidade - o contrato prevê isso - de fazermos rotas experimentais para podermos satisfazer as necessidades das nossas populações. Esses ajustes também se verificam, temos a expectativa de o poder fazer no futuro, à nova ZALI - à Zona Industrial do Porto de Aveiro - que não tem nenhuma rota específica. Poderá haver a necessidade de se estudar uma rota devido à existência de empresas que possam congregar, ali, mais de mil trabalhadores nos próximos três anos. Se houver essa necessidade e se houver uma justificação válida para nós podermos fazer esse estudo, pois faremos esses estudos, assim como outros que venham a ser necessários. Mais uma vez, manifesto aqui a vontade deste Executivo em que estas situações sejam participadas por todos para que nós sejamos alertados e podermos participar em conjunto com a CIRA nesta gestão dos transportes intermunicipais para que tenham o melhor resultado. É essa a nossa expectativa e foi por isso que a CIRA também emitiu essas responsabilidades. Tenho dito.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:26':18")

«Não havendo qualquer manifestação de intervenções para uma segunda ronda, coloco à votação a Proposta de Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a Favor?

*O Ponto 2 da Ordem do Dia, "Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros", foi aprovado por **Maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção por parte do Grupo Municipal do CHEGA.»*

Ponto 3. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01SET2022 a 31OUT2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:27':13')

«Passamos já para o Ponto 3: "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01SET2022 a 31OUT2022". Dou a palavra ao sr. Presidente para apresentação do documento.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:27':24")

«Pouco tenho a dizer. O relatório está nas mãos de todos os autarcas da Assembleia Municipal. Portanto, aguardo pelas intervenções e depois justificarei, se necessário, algumas das situações.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:27':38')

«Quem é que se pretende inscrever para a primeira ronda de intervenções?»

Rui Rufino - UPF: (02:28':18")

«Boa noite a todos. Eu venho trazer algumas notas sobre as atividades promovidas pela Câmara Municipal nestes últimos meses setembro e outubro.

Acabámos de fechar um ano de mandato de governação do 'Unir Para Fazer' e, mais do que o balanço, é importante destacar a coerência daquilo que foi o nosso percurso neste primeiro ano.

Propusemo-nos a fazer crescer o Município de Ílhavo sem sobressaltos, nem roturas. Nestes primeiros 12 meses houve uma transição tranquila, sem caos, sem choques e, principalmente, sem vazio.

Não tivemos qualquer preconceito em continuar várias atividades que já constituíam tradições de Ílhavo e que os munícipes incorporaram, nos últimos anos, como sendo momentos importantes de celebração, havendo, portanto, uma linha de continuidade com aquilo que já se fazia anteriormente. Afinando, aperfeiçoando, adaptando, mas garantindo a sua consecução. Ao contrário do que alguns insistem em afirmar, nunca prometemos uma convulsão social para uma mudança brusca e repentina, mas antes uma evolução serena, capaz de fazer crescer continuamente o município, preocupando-nos em fazer, desenvolvendo e construindo, e não em destruir.

Mais uma vez, volto a insistir. Somos reformistas, não somos revolucionários. Pretendemos aperfeiçoar o que existe, acrescentando, melhorando, mas também inovando sempre que necessário. Esta foi a nossa postura durante este ano.

Nos últimos dois meses o nosso percurso continuou a pautar-se pela preocupação em servir as pessoas, nas múltiplas atividades realizadas. Perseguindo o esforço, que tem assistido desde o início do nosso mandato, para garantir a manutenção dos equipamentos e por atender as pessoas nos seus anseios, levando a sério as suas reclamações, estando atentos às suas insatisfações.

Destaco agora, em relação a estes últimos dois meses, setembro e outubro, algumas atividades.

O 'Festival Cabelos Brancos' que, com o envolvimento das IPSS, foi capaz, durante 13 dias, de mobilizar a comunidade sénior, promovendo o cruzamento intergeracional, a educação ambiental e a inovação tecnológica. Esta foi mais uma atividade com grande adesão das pessoas, tendo culminado com um espetáculo no Jardim Henriqueta Maia, que teve uma grande adesão do público, enchendo o jardim como há muito não se via.

Porém, como sempre dissemos, a preocupação com a comunidade sénior tem, também, de ser abrangente e considerar as suas necessidades ao longo de todo o ano. Por muito importante que seja dedicar alguns dias do ano às pessoas mais velhas, não podemos deixar de pensar nelas nos restantes dias do ano.

Neste sentido, gostaria de destacar a criação do centro 'Eu sou digital', no Estaleiro - estação científica do Município de Ílhavo, onde a partilha intergeracional permite que jovens voluntários possam ensinar competências digitais aos mais velhos.

Assinalo também o regresso à Semana Europeia da Mobilidade, sensibilizando a comunidade para a mobilidade sustentável. Durante alguns dias, dinamizaram-se algumas atividades dirigidas a vários públicos e repartidas por vários locais. Incentivou-se o uso da bicicleta e chamou-se a atenção para a importância do cumprimento das regras do trânsito.

Importa ainda destacar a apresentação do espetáculo 'Heróis do Mar', no Coliseu do Porto. Este foi um projeto comunitário que envolveu várias estruturas municipais na sua conceção, produção e técnica, com a participação da Orquestra Filarmónica Gafanhense e da comunidade ilhavense. Este espetáculo teve uma assistência aproximada de 330 pessoas e teve uma relevante cobertura mediática. Tendo em conta esta experiência, eu gostaria de perguntar ao executivo se este tipo de iniciativas, levar um espetáculo nosso para fora do município, é para continuar ou se este foi apenas um caso pontual. Vai haver, aqui, uma aposta neste tipo de espetáculos itinerantes, capazes de dar a conhecer algo do que se faz na nossa terra, por várias salas de espetáculo do país? Esta é uma questão que eu gostaria que fosse abordada.

Por último, gostaria de mencionar a cerimónia de boas-vindas, organizada pela Câmara Municipal, a todos os educadores de infância e professores que lecionam no município. Este pequeno grande gesto mostra a importância que a educação tem para nós. A este propósito, deve-se saudar a decisão de avançar com a requalificação de algumas escolas do nosso município, estando já em elaboração o projeto da escola secundária Celestino Gomes,

adjudicada a uma empresa privada. Projeto esse que terá de ficar pronto no prazo de 70 dias. esta diligência e proatividade do Executivo revela uma vontade de avançar para uma obra que é urgente e absolutamente necessária, garantindo-se, desta forma, que este projeto estará pronto no início de 2023, de forma a candidatar-se ao programa de financiamento Portugal 2030. Nós sabemos bem como proceder. Não precisamos das lições de ninguém, mas, mesmo assim, agradecemos-las.

Mas esta postura da Câmara Municipal ainda evidencia um outro aspeto muito importante e que todos devem reconhecer. Nós não vamos decidir o que fazer em função dos programas ou dos fundos a que possamos concorrer. Nós sabemos o que queremos e vamos garantir para as nossas prioridades, as nossas, para as nossas necessidades, vamos conseguir o financiamento necessário. O caminho é trilhado por nós de acordo com o que importa ao nosso município.

Enfim... não se pode afirmar que se fechou um ciclo, apenas se concluiu o início de um novo ciclo, onde a intervenção política está mais próxima das pessoas, respondendo às suas preocupações e aos seus desejos.

O nosso cunho já está aí. Os munícipes conhecem-nos. Vamos continuar a trilhar este caminho tranquilo e reformista, cientes daquilo que deve continuar e do que deve ser aperfeiçoado.

No entanto, neste segundo ano de mandato, como já se poderá ver, por aquilo que anunciei em relação à requalificação de algumas escolas, haverá uma outra ousadia na capacidade de inovar e fazer diferente, implementando novidades e acrescentando obra.

Contudo, é importante esclarecer que não nos vamos preocupar em fazer por fazer, mas sim em fazer o que é realmente útil e pertinente. Como também já afirmei, nós temos uma noção clara das prioridades e daquilo que queremos fazer. O tempo que vivemos exige objetividade, rigor e opções cirúrgicas por aquilo que realmente importa para as pessoas e que venha a significar uma mais-valia duradoura para a comunidade e um benefício para os munícipes.

Vai ser este o nosso rumo. Continuará a ser este o nosso compromisso. Disse.»

André Guimarães - PSD: (02:35':22")

«Boa noite a todos. Antes de iniciar relativamente à questão do Relatório, em 7 anos que estamos a celebrar aqui o governo socialista, podemos celebrar também o sétimo país da Europa de leste que nos vai ultrapassar em termos de riqueza. Vamos ser ultrapassados, depois da República Checa, Eslovénia, Lituânia, Estónia, Hungria e Polónia, pela Roménia. Fica só a faltar a Bulgária para sermos o país mais pobre da União Europeia. E isto é, sim, o resultado de sete anos de governação do Partido Socialista.

Relativamente à governação da Câmara, que é isso que nos traz aqui, é bom termo estes relatórios tão detalhados, porque realmente depois permitem-nos chegar a dados, como estes que eu agora disse - são dados da Pordata - também temos qui informação oficial sobre muitos dados d atividade da Câmara Municipal, dados muito quantitativos. E isto, realmente, é um reiternar de algo que eu já trouxe, aqui, a esta Assembleia. É muito bom termos os dados, mas é mais importante perceber o que é que esses dados querem dizer. Eu tenho neste relatório - um relatório de muitas páginas, que toma muito tempo a ler, mas que nós lemos porque é também o nosso dever - números sobre os atendimentos. Tenho uma média dos atendimentos que é de 15 minutos e 34 segundos no atendimento presencial. Tem o número de comunicações e o tipo e o canal de comunicação que chega. Eu tenho que foram feitas 'x' ações de formação, que são obrigatórias, na área da higiene e segurança no trabalho para todos os funcionários da Câmara. Na página 78 tenho o número de documentos produzidos pela Câmara. Eu tenho tanta e tanta informação quantitativa de presenças, participações, reuniões, etc., mas depois, abem do que podia ser dado como transparência, falta-me a avaliação. O que é que a Câmara quer dizer com isto. É bom ter um atendimento de 15 minutos? Ou não?! É bom ter 100 documentos produzidos num mês? Ou não?! Ou, comparativamente a um período homólogo, ou a um período anterior, melhorámos ou piorámos? Porque é isto que eu pretendo ver num relatório da atividade municipal, para eu me poder pronunciar. Efetivamente, eu ver um atendimento de 15 minutos é interessante e chega. Mas depois, a bem dessa transparência, falham informações importantes.

Na página 72, nós temos informações importantes sobre a Semana Europeia da Mobilidade, até aqui mencionada na última intervenção, e muito bem. A sensibilização é extremamente importante, a adoção de modos e mobilidade suave é extremamente e a redução da velocidade no meio urbano também é extremamente importante. Redução essa que não foi devidamente comunicada à população. Vamos falar, por exemplo - isso devia estar, sim, neste relatório - da colocação de uma placa no Centro da Gafanha da Nazaré, a dizer que há um troço que é de 30 quilómetros por hora. E apareceu na Semana Europeia da Mobilidade. E

se calhar conduzida por esta tentativa de sensibilização. Mas eu soube porque vim a fórum, público como este, neste caso a uma Assembleia de Freguesia, em que isso foi abordado. Caso contrário, eu, enquanto residente, se não tivesse essa informação, o relatório da Câmara Municipal também não dá essa informação, e são este tipo de informações que importam. A transparência é importante. A bem da transparência nós não podemos ficar sem responsabilidade. São coisas diferentes. Eu preciso de perceber o que é que esta informação quer dizer. Às vezes, com menos páginas, consegue-se fazer isto de uma forma mais eficiente. Depois, ainda há aqueles que imprimem estes relatórios todos, e nós também queremos é diminuir o papel. Portanto, acho que com menos páginas, nós conseguiríamos dizer mais e sermos mais eficazes.

Gostava também, neste regime de avaliação, de perceber um pouco, noutra dossier, porque estamos a falar de um dossier que exige responsabilidade - e digo isto com franqueza, tenho a certeza que a Câmara Municipal tem essa noção - que é, por via da descentralização das competências, a Câmara Municipal passar a ser a coordenadora do Programa de Rendimento Mensal de Inserção. Terem sido feitos alguns protocolos de acompanhamento... eu julgo que é isto. Portanto, genuinamente, eu gostava de perceber como é que está a correr este início, porque se trata de um dossier sensível, estamos a falar de um acompanhamento de famílias muito carenciadas, que o objetivo é a inserção e não é a permanência nesta situação. O que é que está a ser feito? Que metodologias de trabalho? Agora que este dossier está ao nível local, o que é que se pode fazer e quais são as dificuldades e desafios que a Câmara antevê neste processo?»

Sara Fernandes - PSD: (02:42:07")

«A minha intervenção é bastante breve e relativa ao relatório que está em discussão. Na página 71, no Ponto 2.2.2. 'mobilidade e transportes', relativamente à escola Secundária da Gafanha da Nazaré, eu só gostaria que me explicassem que paragens é que foram criadas sem causar constrangimentos aos circuitos existentes. Se podiam, por favor, explicar ou indicar que paragens é que foram criadas. É tão simples quanto isto. Ou melhor, aqui está mais um exemplo de como o relatório está muito completo e muito interessante de leitura, mas há pequenos pormenores que não estão esclarecedores. Obrigada.»

Sérgio Louro - UPF: (02:42:18")

«Quereria fazer uma nota ao Executivo, em jeito de sugestão, um ponto de vista diferente, no fundo, contribuir para a melhoria do nosso município. Basicamente, fazer aqui um exercício de querer ser parte da solução e não parte do problema.

No ponto 3 da Atividade Municipal, página 9, no 3.º parágrafo, podemos ler: "queremos criar condições para atrair e manter empresas das áreas de inovação tecnológica sustentabilidade, promovendo, igualmente, uma maior competitividade do nosso ecossistema". De facto, uma das formas de fazer crescer o Município de Ílhavo, passa por criar condições para atrair pessoas e levar as mesmas a fixarem-se cá. Para isso, o Município tem que oferecer uma boa educação, mais emprego e mais habitação. Quanto ao tema da educação, mais ou menos, a coisa está assegurada. Consideramos nós que temos um bom sistema de educação. Ainda que o nosso município seja um município pleno de emprego, como já aqui foi discutido antes, continuamos a receber muitas pessoas de fora, nomeadamente do Brasil. Para atrairmos mais empresas e empresas com atividades de maior valor acrescentado, temos que ter o lugar onde essas empresas se possam instalar. Já por várias vezes foi aqui falado, não será fácil expandir a Zona Industrial da Mota, por ser necessário fazer permuta de terrenos com o ICNF, como já várias vezes mencionado pelo sr. Presidente. Isso obriga o Executivo a comprar terrenos.

Na verdade, o nosso município está a ficar para trás e a perder competitividade neste contexto, em comparação, nomeadamente, com o Município de Vagos e Mira. Municípios que criaram novas zonas industriais junto à A17, muito aliciantes para quem se quer instalar e procurar novos negócios para empresas.

E porque não virarmos-nos para a expansão da nossa Zona Industrial das Ervasas. Esta zona industrial também está muito bem localizada, com acessos diretos à A17, à A25 e à A1, melhores do que os acessos dos municípios nossos vizinhos.

Do lado da variante que parte do "Continente/Modelo" até à A17 existe uma grande faixa de terreno, penso que que agrícola, onde os terrenos estão abandonados. Porque não usar esses terrenos para se criar um novo polo da Zona Industrial das Ervasas?

Podiam começar aí, virar para o lado de Vale de Ílhavo e virem quase até à zona onde está o armazém da Junta de Freguesia de São Salvador.

Quanto à habitação, como também já aqui foi mencionado por outros colegas, há muito a fazer. Os preços estão superinflacionados. Poderá haver lugar, como também já sugerido por outro colega, pensar-se em fazerem-se protocolos, mecanismos, para que de alguma forma passe a haver, a médio prazo, oferta de habitação a custos controlados, para que pessoas humildes possam comprar e pagar. Hoje em dia está completamente impossível comprar habitação, tanto no município de Aveiro, como no de Ílhavo, porque os preços por metro quadrado atingiram valores recordes. Obrigado.»

Sónia Fernandes - PS: (02:46':32")

«Eu vou colocar, primeiro, na questão que a colega Sara também fez, da colocação das paragens. A minha questão não está na parte da colocação, mas sim na parte em que diz que foram colocadas, adicionadas, duas e qual é a garantia que a Câmara dá que, efetivamente, que isso está a resolver o problema existente, uma vez que no site da Transdev nem sequer fazem parte essas novas paragens. Assim como ligando para lá e pedindo esclarecimentos, eles também não sabem dar e nem sabem da existência das mesmas. Ou seja, colocar paragens só por si não me parece que resolva, mas o sr. Presidente há de responder e dar a garantia, ou não, de que isso está a funcionar.

Relativamente ao relatório das atividades, quero só deixar aqui uma nota quanto ao ponto do apoio aos comerciantes. Parece-me pouco, sr. Presidente que a iluminação que foi criada seja a medida que foi feita. Não vou falar da iluminação porque isso já foi falado aqui. Parece-me que o timing não foi o melhor. O exemplo que a Câmara está a dar não é o melhor. Estamos em tempos de poupança e é pena. Vou falar, sim, nas medidas que não estão a acontecer aos comerciantes locais e que gostaríamos de ver. O Partido Socialista tem, pelo menos, três medidas que podemos apresentar aqui. E que podem registar: o congelamento do aumento das rendas municipais, tanto residências, como comerciais; a criação de mecanismos de apoio aos comerciantes e aos municípios, que estimulem a utilização do comércio local; e a suspensão de cobrança de todas as taxas de utilização do espaço público e ocupação da via pública, nomeadamente as que se relacionam com toldos, publicidade, esplanadas e estabelecimentos comerciais. Parece-me que os nossos comerciantes merecem um bocadinho mais do que luzes, as luzes são bonitas - nós não estamos contra as luzes de Natal, gostamos das luzes de Natal - mas, só por si, parece-nos pouco. Obrigada.»

Luís Leitão - PS: (02:49':00")

«A malta quer ser moderna e traz o computador, mas no fundo isto são umas notas, feitas à pressa, que dantes se faziam num papel.

Hoje, além do sétimo aniversário do Governo do PS, também é dia de 'blackfriday'. É um ia importante. É um dia em que todos nós podemos discutir e abordar as nossas ideias, e merecemos, seguramente, um desconto. Por isso, sr. Presidente, hoje, na sua atividade damos também o desconto da forma como o nosso camarada, não é camarada, é companheiro Rui Rufino apresentou, de forma veemente, a defesa da vossa atividade. Para quem cá andou noutros anos, havia sempre alguém que fazia esta figura, e, na altura, chamávamos nós o momento do 'spa laranja'. Era a altura em que massajavam o ego do sr. Presidente e todo o seu staff elogiando o trabalho, porque, muitas vezes, a oposição está cá para fazer o bonito e também aproveitarem para dizer que afinal não é assim tão bonito que o seu pé até tem um calo. Aqui é mais do que o calo. Há que verificar e tomar as devidas notas. Muitas das coisas que aqui são feitas não são só numa lógica de oposição e de crítica por criticar, e nessa perspetiva de oposição a nossa presença, e muitas das nossas notas são no sentido de ver noutra perspetiva, uma perspetiva menos massajadora, mas também ela positiva.

Uma pequena nota em relação ao comentário do André Guimarães, acerca do ranking de Portugal e o desempenho dos países de leste e do desempenho de Portugal e sobre a ultrapassagem. A tranquilidade do André contrasta com os verbos e o desempenho do outro André, o Ventura do Chega, hoje, na Assembleia da República. Mas no fundo, as palavras e os argumentos foram, rigorosamente, os mesmos, só faltou rasgar a roupa, uma peça de roupa para reforçar a performance em relação à do outro André. Mas, no fundo, o argumento foi o mesmo.

Portanto, um conselho porque eu reconheço a importância do Partido Social Democrata e também partilho muitos dos valores, diria mesmo "olhem que se andam a encostar ao lado errado. Olhem que assim não chegam lá". Mas é uma opção vossa. E não esqueçam, também, que uma coisa é comparar percentagens, outra coisa são os valores absolutos. Depois... basta filosofar e cada um escolhe o caminho que quer.

Sr. Presidente, na consulta da comunicação da atividade municipal saltam-me à vista dois assuntos.

O primeiro, sobre o apoio da Câmara Municipal às associações. Ou melhor, a dimensão do pacote financeiro protocolado.

Atendendo às dificuldades vividas nos dois últimos anos, o período do COVID, da pandemia, levando em conta a situação económica da Câmara Municipal de Ílhavo, parece-nos que esta deveria assumir-se como um fator dinamizador, um fator de suporte das importantes atividades socioculturais e desportivas do município. Deve a Câmara revelar um sinal forte e ativo de incentivo ao retomar de atividades, em vez de um apoio tímido ao nível de anos anteriores. Os tempos são diferentes e exigem-se medidas diferentes. Lembre-se também, sr. Presidente, que a melhor rentabilidade o dinheiro de uma câmara não é o juro pago pelo banco, mas sim a riqueza do incentivo de atividades da comunidade. Repito... rentabilidade o dinheiro de uma câmara não é o juro pago pelo banco, mas sim a riqueza do incentivo de atividades da comunidade. Tire, pois, algum dinheiro do banco e aplique-o nas nossas Associações. Vai ver que não custa e que vamos todos gostar imenso.

Segundo ponto. Sr. Presidente, na sua comunicação, salvo erro, na página 61, 1.7, onde podemos consultar a tabela 11, uma tabela dos projetos cofinanciados aprovados, em execução ou para encerramento, podemos verificar uma lista de projetos de âmbito diversificado. Delas destaco uma com o título "Requalificação do espaço urbano central Jardim Henriqueta Maia". Salta-nos, à vista, a soma dos montantes e a diferença de custo aprovado e executado, que é superior ao custo total aprovado. O valor do custo aprovado foi de 1,557 milhões e o valor do custo executado de 2,970 milhões de euros. Sabemos que os investimentos têm uma parte não financiada e outros custos são considerados 'não legíveis' e que ficam a cargo do promotor. No entanto, no caso da requalificação do Jardim Henriqueta Maia o diferencial entre o custo total aprovado e o custo executado ronda o 1,4 milhões de euros. Não se tratando de um engano, pergunto: como se explica um desvio para o dobro do valor aprovado ou quais as razões de um desfasamento tão elevado? Pergunto ainda: houve desvios de custos face ao projeto inicial ou foi sempre este o valor previsto? Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:55':10")

«Não havendo mais intervenções nesta primeira ronda, dou a palavra ao sr. Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:55':27")

«Serei breve, uma vez que não há grandes questões realçadas pelas bancadas. Fico contente pelas referências ao relatório. Sinto que há uma necessidade clara de o melhorar, mas estamos no bom caminho. Este tipo de documentos são um sentido positivo para a nossa governação. Sentimos que este é um processo que nada tem a ver com o passado, mas também poderíamos dizer isso nas nossas afirmações quando referimos que pode ser um bom relatório ou é um bom relatório. Fico sem perceber, depois.

Relativamente à semana da mobilidade, tivemos um trabalho intenso. Penso que há situações a melhorar. Ficam os registos que foram aqui mencionados. Relativamente às paragens, elas foram colocadas na Rua Nossa Senhora da Nazaré do no 'Beijinho Doce'. Vamos, agora, avaliar os resultados e, depois, daremos nota sobre isso. Fica também o registo.

O sr. Sérgio Louro... relativamente às empresas, eu gostava de ter uma situação que também tive aqui - o sr. não estava cá - de uma área empresarial 4.0, mas ainda não consegui vender nenhum lote daquela área. Não vou entrar aqui em discussão sobre isso; é um assunto que daria aqui algum trabalho. Não é que me esteja a negar ao trabalho, mas estou a fazê-lo noutra ordem. E quando o sr. vir anúncios ou informação - que está pronta - nós vamos dizer a razão porque é que isso não aconteceu até então. O sr. refere a criação e ampliação das Ervasas. Agradeço as suas referências. Espero que esteja mais atento às situações que têm chegado até à sua mão para conhecimento. Há muitos empresários que têm investido aí. Não queria criar especulação nos terrenos, mas se tiver que crescer para aí, pois vamos lá. Muitos deles são privados e, portanto, o senhor fez, aqui, o favor a algumas pessoas, a outras não, mas vamos andando e vamos aprendendo alguma coisa, também, com os empresários.

Relativamente à Zona Industrial da Mota, deveria ter visto aquilo que foi a sessão pública de esclarecimento do PDM e teria ficado esclarecido sobre aquilo que prevemos para a Zona Industrial da Mota. Deixando-lhe, e a todos, duas ou três notas importantes. Continua a haver procura por terrenos para colocação de novas empresas. Todos esses terrenos que serão necessários para a instalação, nós não temos resposta para a área de implantação que as

empresas pretendem. É muito difícil o nosso município dar resposta a algumas situações que têm chegado até nós, em termos de procura.

Relativamente ao apoio aos comerciantes locais, fica esta nota da Sónia. Vamos registar isso. Já houve modelos adotados, no passado, pela Câmara Municipal, mas que não tiveram grande efeito. Nós não quisemos avançar com nenhum. Dir-lhe-ia também mais duas coisas. Relativamente às estruturas municipais que estão cedidas e que as pessoas pagam, normalmente elas são bem rentabilizadas pelas pessoas que estão lá. E agradecemos-lhes isso, que é terem a porta aberta e os negócios funcionarem e até serem pontos de atração turística. Refiro-lhe, por exemplo, o Mercado da Costa Nova. Mas há outras instalações que também, são nossas e que têm essa opção. Relativamente ao espaço público, não foi nossa opção essa situação. Acho que devemos, para já, reorganizar e fiscalizar aquilo que se passou até agora relativamente à governação do espaço público. Isentar sem se saber porquê, quando alguns até nem pagam, e isentar aqueles que estão a pagar devidamente há muitos anos... vamos intensificar os nossos processos de fiscalização. Já tenho gostado ouvir algumas pessoas a dizerem que a Câmara, agora, vai andar atrás das pessoas. A Câmara não anda atrás de ninguém, a Câmara faz o seu papel. Enquanto o João Campolargo estiver na presidência da Câmara Municipal de Ílhavo, com os seus vereadores, vamos tentar ser corretos com as pessoas e esperar que as pessoas sejam corretas para connosco. E todas as informações que cheguem aqui um bocadinho torcidas que sejam clarificadas. A situação que a senhora refere do espaço público e da isenção da cobrança, nunca se sabe muito bem o valor que se suspende. Eu gostaria de saber o que é que nós ganhamos, o que é que nós perdemos, porque eu não posso fazer essas coisas sem saber muito bem se está tudo bem ou mal. Porque depois ainda há de vir aquela conversa do "o sr. Presidente não é claro naquilo que diz". Não, eu tenho um respeito imenso por todos os autarcas que já desempenharam funções autárquicas nesta Câmara, com função de decisão. Respeito isso e, portanto, fico-me por aqui.

Relativamente aos apoios da Câmara Municipal às Associações. Eu gostaria de dizer ao sr. Luís Leitão que nós e as associações, com as quais fizemos estes protocolos, sentimo-nos completamente confortáveis com a situação da negociação que decorreu este ano. Eu fiz o trabalho que deveria fazer como presidente da Câmara com os presidentes das Associações. Tivemos algumas associações com as quais não conseguimos ainda fechar os protocolos. Esperamos o bom entendimento de ambas as partes, mas penso que ainda haverá algumas coisas a afinar, e que as pessoas estão capazes, em conjunto, de afina essas situações. mas temos uma responsabilidade que cada vez tem recaído mais sobre nós: são os transportes. Temos verificado que muitas associações chegam ao pé de nós para nos pedir transporte, nomeadamente as desportivas. Essa responsabilidade trouxe-nos mais custos, como sabe. É intenção nossa, já o disse no ano anterior, portanto não é novidade, que gostaríamos de ter viaturas de transporte de passageiros, para além da que já comprámos termos mais uma para darmos resposta a esta associações e gostaríamos que houvesse a regra de dois transportes, no máximo, por mês e, perante a ordem de chegada dos pedidos, que nós respondêssemos de forma a cumprir com o regulamento. Isso é uma parte que nós também suportamos para as associações. Depois temos outras associações que usufruem de instalações municipais para as suas atividades e esses custos são suportados por nós. O aumento dos custos energéticos, o aumento do consumo do gás e da água, muitas das vezes a associação não sente, mas nós estamos a sentir esses aumentos nos últimos anos. Faremos a avaliação correta e vamos ser transparentes com as nossas associações., em 2023, sobre essa questão, com um acompanhamento entre o Executivo Municipal e as direções dessas Associações para transmitir, a qualquer momento que seja, os custos correntes. Recordo que muitas as despesas que surgem com manutenções são elevadíssimas. Nós temos muitos dos nossos pavilhões das escolas que ainda governamos com sistemas de energia e sistemas de aquecimento de águas que, se calhar, hoje, precisavam de um upgrade e um investimento relativamente grande nas condições térmicas desses pavilhões para se tornarem mais eficientes.

Vamos trabalhar nessas matérias. O orçamento vai espelhar isso, mas depois falaremos mais à frente.

Relativamente aos projetos. Ainda bem que viu bem essa folha, essa tabela 11. Eu conheço esta tabela, trabalhamos com ela todas as semanas. Depois, se quiser mais algum esclarecimento adicional do que está ali e já que mo pediu passarei a informação sobre isso. Mas isso caberia ao Executivo anterior ter justificado, porque, como sabe, todos os autos foram avaliados em reunião de Câmara, foram avaliados na Assembleia Municipal não, mas em reuniões de Câmara. Portanto, tem aqui a clareza completa. Se houver algum erro da

nossa parte, iremos reconhecê-lo. Se tivermos alguma explicação para dar sobre aquilo que é a nossa governação, falamos.

Nós não metemos a data em que estas coisas foram postas, mas até irei colocar no próximo documento da atividade a data em que estes projetos cofinanciados entraram no órgão, foram metidos e aprovados, para, na realidade, percebemos o que é que já é novo, o que é que já é velho, quantos projetos havia na Câmara, se não havia projetos nenhuns. O senhor tocou aqui num assunto que me leva a referir-lhe o seguinte. Hoje, a Câmara Municipal se tivesse metido mais projetos que o que meteu até então no Quadro 2020, hoje, em sistema overbooking de qualificação de despesas que estão a ser feitas nos painéis de todas as comunidades intermunicipais, podíamos arranjar aqui verbas para financiar obras. Porque o Quadro 203 até traz uma coisa que é todos os projetos que ocorram a partir de 1 de janeiro de 2021 já são elegíveis para esse Quadro. Nem sei se percebo muito disto, se não percebo, vou-me atualizando. E hoje a olhar para esta mapa, se calhar, vou meter aqui mais um dado para clarificar a Assembleia, que é para, depois, dizermos assim "isto foi trabalho nosso, eu quando estive na Assembleia tive conhecimento disso, está aqui transparente". Não precisamos de andar a dizer que foi do passado, que herdámos. Eu fico contente com o que me deixaram. Agora, tenho é que continuar a governar. E é isso que eu estou a fazer. Muito obrigado."

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:05':26")

«Abria, agora, inscrições para uma segunda ronda. Alguém se pretende inscrever?»

Rui Rufino - UPF: (03:06':01")

«Eu preferia ter ouvido argumentos concretos que mostrassem que aquilo que eu afirmei não é correto ou que não corresponde à verdade, de alguma forma. Não ouvi um único argumento. É preciso lembrar que o nosso Movimento é que está a governar a Câmara Municipal. É que às vezes esquecem-se. É natural que haja um alinhamento entre aquilo que o Executivo faz e o compromisso que o nosso Movimento defende. Ao contrário do que costumam dizer não foi só uma pessoa, por muito mérito que tenha, por muito carisma que tenha - que tem - que venceu as eleições. Foi o Movimento 'Unir Para Fazer' que mobilizou irá continuar a mobilizar muitas pessoas. Isto não é algo avulso, mas sim integrado. Ou pensam que só os partidos é que conseguem sustentar um grupo de pessoas capazes de comungar um conjunto de ideias estruturadas. A Autarquia é liderada por nós. Mal seria se não nos identificássemos com aquilo que nós estamos a fazer. Mas estejam tranquilos, não se trata de seguidismo, pelo menos não se trata do seguidismo que um partido, em Ilhavo, tem em relação ao Governo nacional.»

André Guimarães - PSD: (03:07':37")

«Eu só vinha aqui para lembrar que não obtive resposta à segunda parte da minha intervenção, relativamente à questão do programa do RSI, e gostava de ter, se fosse possível. Obrigado.»

Sónia Fernandes - PS: (03:08':04")

«Agradeço, então, que faça a avaliação das paragens. E, já agora, também dou como conselho que quando colocarem no relatório de atividades, não coloquem só aquilo que fazem, mas também aquilo que têm a certeza que está a ser realizado. Pôr só para dizer que sim, não faz muito sentido.

Relativamente ainda à parte dos apoios aos comerciantes fiquei com a sensação que a Câmara pensa, pensa, mas depois não faz. Lembra-se de muita coisa, mas depois não faz. Lembra-se, mas não faz e continuamos à espera de medidas, as pessoas continuam à espera de medidas e isso urge. A ajuda é precisa agora, quando se precisa.

Quanto à questão das taxas, penso que as mesmas já tenham sido aplicadas na altura da pandemia. Por isso já deveria ter sido avaliado e terem alguns resultados e algumas conclusões que podiam ter sido utilizados para ajudar os comerciantes.»

Luís Leitão - PS: (03:09':14")

«Uma nota para o Rui Rufino. Eu mantenho esta história do 'blackfriday'. Hoje, estamos a dar o desconto necessário e estamos a fazer perguntas do agrado do sr. Presidente, e perceber que, na verdade, o João Campolargo não ganhou as eleições sozinho, porque, se não, tinha tido apenas os votos da família dele, e foi muito mais gente que fez com que ele, hoje, esteja

no poder. Naturalmente que o 'nós ou o 'vós' é para manter, claro. Mais do que um bom começo, é ver como é que se acaba. Essa é que é a grande diferença da coisa. O desafio está o vosso lado. Da parte que nos toca, já abem que podem contar com a nossa solidariedade para ver se vos tiramos do lugar e se somos nós a alternativa e conseguimos passar a mensagem. Essa é a alternância política e é isso que nos faz cá andar.

E a propósito do 'nós', que não tem, necessariamente, de ser para todos, numa das últimas Assembleias Municipais do mandato anterior, uma figura ilustre desta bancada chamou-me cristão novo e que os cristãos novos eram um perigo. Pois a mim preocupam-me muito mais os velhos cristãos. E a esse é que temos que ficar atentos ao seu desempenho, porque os cristãos que renegam a sua origem, provavelmente, terão algum desvio que, aos poucos, os levarão para outros caminhos. Não me estou a referir a ninguém em particular, mas a todos em geral. Se eu estou a olhar em frente, poderia, também, olhar para o lado ou até mesmo para trás de mim, em sentido figurado.

Ainda em relação às Associações. Há pouco tempo, tivemos a ocasião de conversar sobre essas notas que está a dizer: os custos aumentam, o apoio às Associações é fundamental. Percebemos muito bem que é muito difícil para quem governa, por exemplo, patrocinar as associações com a cedência de transportes e, sem sair do sítio, num momento como este, estar a aumentar exponencialmente os custos. E?! Enquanto a Câmara puder terá que o fazer. Havendo condições financeiras - porque o há - deve ser um orgulho poder fazê-lo e reforçar esse trabalho. Portanto, sr. Presidente, não tenha medo de continuar esse apoio e reforce-o. Mas mais do que isso... apesar de ser um aumento de custo para o lado da Câmara, na ótica da instituição nada mudou. O apoio e a dimensão da grandeza é o mesmo, se aplicarmos a inflação e necessidade que há, hoje, de pô, outra vez, as máquinas associativas a funcionar, que estiveram penalizadas, além de perder dinâmicas, em alguns casos acabaram por perder alguma identidade. Outras foram mais competitivas e avançaram primeiro. Hoje há um desequilíbrio entre a vida das associações que não havia há uns anos. Não sei até se não será, necessariamente, positivo. Mas há um desequilíbrio porque uns começaram mais cedo e outros mais tarde, e acabaram por se criar dinâmicas diferentes. Por isso, mais do que nunca, não olhe ao montante daquilo que está a fazer pensando que está a apoiar muito. É nossa obrigação apoiar muito mais. Apoiar igual, hoje, é apoiar menos. SA mensagem que o senhor está a passar às Associações é, está a apoiar menos. Esta é a mensagem que está a passar: está a apoiar menos. O seu igual é menos.

Por fim, sobre o projeto do Jardim Henriqueta Maia, mais uma vez um contributo para que as coisas sejam facilmente entendíveis. A minha dúvida e a razão deste quadro é: está este projeto já executado e totalmente encerrado? Esta também era a dúvida. Se está encerrado porque é que aparece? Pode haver aqui uma dificuldade de interpretação da minha parte. Mas será que esta tabela de projetos não eliminam os encerramentos?

Pode ser uma alternativa a colocação das datas, como falou, podendo tronar-se um quadro mais entendível.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:13':50")

«Antes de passar aos srs. Vereadores, relativamente à situação do sr. André Guimarães, a sra. Vereadora fará melhor a explicação que assim entender para esta situação. Eu penso que a criação das duas equipas, que nós falámos, está a ter resultados muito positivos. Da análise que fizemos neste primeiro mês de trabalho, um mês que está a caminhar para dois, será refletida na atividade municipal para fevereiro, que reportará a novembro e dezembro, como dados e números sobre isso. Mas deixava com a Vereadora essas informações.

Relativamente à Sónia. Eu digo sinceramente. Eu expliquei de uma forma cuidada aquilo que estamos a fazer. Eu já disse isto várias vezes, nesta Assembleia, ao Partido Socialista. O Partido Socialista nunca sugeriu aqui uma fonte de receita. Nunca. Hoje, falou nas receitas que possam vir do Governo, das decisões do Governo. Mas as câmaras municipais também têm receitas próprias. Gostaria que refletissem sobre isso. Têm esses dados todos. Têm esses mapas comparativos. Podem ver isso tudo. Como é que elas cresceram, como é que elas decresceram, do que é que estamos a falar, se estamos a falar numa perca de 40 mil euros de 50 ou de 60 ou de 100 mil euros. O que é que estamos a falar? E o que é que queremos de benefícios para as nossas pessoas? Ou seja, é sempre aquela leitura de 'mínimos impostos, máximos benefícios', e é uma festa.

Portanto, a senhora quer-se meter com a minha governação, eu entendo. A senhora terá as oportunidades que quiser, quando assim o entender, até pela sua experiência avançada nesta bancada. Já percebi a sua experiência. Já tem aqui alguma maturidade. Mas gostava que a

senhora concretizasse, de uma forma clara, como é que nós podemos tirar e pôr. Mas não olhe para o saldo de gerência, como já se sugeriu aqui várias vezes. Eu também irei clarificar esta Assembleia sobre o que é o saldo de gerência. Porque algumas pessoas que falam sabem bem o que é o saldo de gerência. Dá jeito falar nisso para a comunicação social, dá jeito dizer o que é o saldo de gerência. A mim não me dá jeito nenhum. A mim dá-me jeito cumprir com um plano de trabalhos a que me propus. Estou a fazê-lo e havemos de o discutir na próxima Assembleia relativamente a isso.

Relativamente ao sr. Luís Leitão. Não tenho muito mais a dizer. Coloca em cima da mesa e depois tira as conclusões. Fico muito contente com isso. Eu sei que conhece muito bem o tecido associativo. Sabe bem o que é que o tecido associativo tem, que fontes de receita tem. Como é que são feitas as festas e as atividades para compensar financeiramente os clubes. Sabe isso tudo, mas nós também sabemos. Estamos confiantes na negociação. Mais uma vez vou-lhe dizer o que fizemos com as nossas associações. Fizemos um trabalho com eles que eu acho que foi justo e eles foram justos connosco. Se o tivermos que fazer de outra forma, estamos cá para responder a isso mesmo. Pelas indicações que nos têm sido dadas, pelas atividades, pela falta, neste momento, de atletas nos clubes, e por aquilo que perguntámos nas nossas reuniões em relação a eventuais dificuldades dos pais em manterem as quotas que pedem, a venda dos equipamentos que fazem, como é que tudo é gerido. Sondámos isto tudo, temos registos dessas conversas todas com os dirigentes associativos. Não lhe posso dizer que foi 100%, com as associações todas. Não foi. Com muitas fomos mais ao fundo, outras, se calhar, nem falámos. Mas temos um trabalho que queremos fazer sobre essa matéria. E depois temos outra coisa, a nossa rede social também poderá dar resposta a isso e passa para a sra. Vereadora este trabalho. Temos que perceber as famílias que estão lá, o tipo de carências... é isso que estamos a acompanhar. Eu acho que com um acompanhamento preciso e no imediato nós vamos dar as respostas necessárias para que os nossos clubes estejam bem, que as coisas aconteçam. Venham muitas vitórias, venham muitas subidas de divisão. Venham muitos atletas praticar desporto e que não andem a saltar de uns clubes para os outros. Que se criem num clube e que seja o clube do peito. É isso que eu desejo.

Eu oficializei, com a maior parte das associações, já de uma forma tardia, discutimos isto em reunião de Câmara, que deveríamos fazer este trabalho em setembro. Fizemo-lo em novembro, mas pagámos os valores com retroativos logo dois ou três dias depois. Mas nada me diz que o clube mantém as informações todas que prestou à Câmara até setembro, durante o corrente ano. Nem sei se houve mais realização ou menos realização. Vamos ver se as atividades que eles propunham realizar foram realizadas ou não. Vamos acompanhar, porque é a minha missão. Por isso é que eles no convidam. Olhe, amanhã, por exemplo, o Illiabum joga com o Sampaense, tenho ali o convite. Pedi ao meu Adjunto para ver a que horas é o que o Gafanha joga para articularmos a nossa gente e telefonarmos ao presidente, ou a alguém e informarmos que vamos lá visitá-los. Isto para irmos sabendo das necessidades e vamos fazendo esse trabalho.

Depois daremos resposta também àquilo que precisa nos próximos relatórios da atividade municipal.

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:19':51")

«Relativamente à questão que foi colocada e que anotei, por parte do Rui Rufino, em relação ao projeto Heróis do Mar, acaba por ser uma premissa de, efetivamente, se pretender estender a vida daquelas que são as produções locais. Não estamos a falar, exclusivamente, dos Heróis do Mar, mas daquilo que é a Companhia Jovem de Dança, aquilo que é o Ensemble 23 Milhas, que são produções locais, com investimento do Município, com muita qualidade, com qualidade elevada que merecem esse espaço para além do Município. São muito importantes estas itinerâncias, esta circulação num contexto, principalmente, formativo - no caso da Companhia Jovem de Dança é muito importante, são jovens que estão em formação e é muito importante a experiência de palco. É importante que estas produções locais sirvam para engrossar o trabalho que é feito, porque a experiência, quando é levada a outros palcos, de safia a procurarmos outras formas de interpretar. E é muito importante que todo o país também perceba aquilo que está a acontecer aqui, ao nível local e onde se está a investir. Muitas vezes é questionado o que é feito porque aparece apenas num fim de semana, onde existe essa oportunidade de performance, e passa ao lado de muita gente, sem se aperceber o que é que está a acontecer. É muito importante que se ganhe essa amplitude a nível de território, não só no nosso município através de várias repetições ou sessões, como também fora de portas.

Relativamente ao Núcleo Local de Inserção e à descentralização, eu recorde-me que fizemos, aqui, uma apresentação, deu-se conhecimento dos protocolos que se celebraram com as IPSS, com o CASCI e com a Santa Casa da Misericórdia de Ilhavo. Esta duas equipas, compostas, no seu total, por 10 técnicos da área da psicologia, serviço social e educação social, e duas assistentes familiares. O grande objetivo deste modelo é o da intervenção direta. Ou seja, ao atendimento e à intervenção, à consulta, ao acompanhamento aos agregados familiares. Como o sr. Presidente já referiu - e bem - passou um mês, estamos quase no segundo mês de execução deste modelo. A resposta que tenho, quer dos técnicos das IPSS, quer da coordenação, ou seja, da parte do Município, é uma resposta muito positiva, como também do acompanhamento que está a ser feito pela Segurança Social, que estão a reconhecer o bom trabalho que está a ser feito. Neste caso, a divisão geográfica prende-se com São Salvador a cargo do CASCI, as Gafanhas e uma parte da Gafanha de Aquém a cargo da Santa Casa da Misericórdia. No caso das Gafanhas o atendimento é realizado nas Freguesias, na Cáritas, na Igreja Paroquial, e é realizado quer para o RSI, quer para o SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, Referir também que nos protocolos estava previsto um relatório trimestral de monitorização desta delegação nas equipas das IPSS, pelo que, no final do ano, nós teremos o primeiro relatório produzido. Posso-vos dizer que o primeiro mês foi caótico porque a plataforma acabou por demonstrar muitas dificuldades no que concerne à passagem dos técnicos detentores dos processos. Ou seja, o encerramento no técnico anterior e a aceitação no novo técnico. Naturalmente que isto requereu um trabalho intenso por parte dessas equipas, mas o reporte que eu tenho é que todos se dedicaram e entenderam que era um momento muito importante de resolver esta questão. De momento parece que o processo está a correr bem. No início do próximo ano teremos, exatamente, resultados materiais, através de um relatório, para partilhar. Obrigada.»

Vice-presidente, João Semedo: (03:25':41'')

«Já que hoje já houve aqui algumas defesas de honra, aproveito também para fazer a minha, nomeadamente no que respeita à questão da mobilidade e aquilo que foi aqui elencado pelo André Guimarães, sobre a falta de comunicação, por parte do nosso município, neste caso, do nosso Executivo, sobre aquilo que foi a Semana da Mobilidade. Eu convidava o André Guimarães para visitar e revisitar as redes sociais da Câmara Municipal e o site porque todas as informações estão ativas. Para além da proposta que foi apresentada em reunião de Câmara e que foi aprovada, mas essa não tem que a conhecer - poderá ter ou não, mas não é de fácil divulgação - mas foi feita uma nota de imprensa exaustiva, em que foram indicados todos os locais onde seriam colocados os sinais de limite de velocidade de 30 quilómetros por hora. Na altura, também foi explicado, quando apresentámos este programa da semana da mobilidade, que muito haveria a fazer. Com uma articulação com a Junta de Freguesia, no caso que referiu, da Gafanha da Nazaré ficou também delineado para, nesse local - e também nos outros - reforçar-se essa sinalização com a construção de passadeiras sobrelevadas. E é isso que esperamos fazer quando executarmos a empreitada de pavimentações que temos prevista. Convidava-o a acompanhar a Câmara Municipal nas redes sociais e verificar o que está para trás porque fomos claros para a comunidade. Comunicámos também com as Juntas de Freguesia o que é que íamos fazer nesses locais. Acho que não escondemos nada. Acho que não houve surpresas. Felizmente que quando deu por ela viu a placa e não foi multado. Era bem pior se fosse multado e, aí, sim, seria motivo para estarmos aqui a discutir isso hoje. No centro da cidade o que pretendíamos era que se andasse mesmo devagar, uma mobilidade suave. É isso que queremos. Aquilo que temos, como consequência, é uma melhor segurança - (não sei porque é que se está a rir, não sei qual é a piada disto. Quando falou respeitei e ouvi-o atentamente...). Muito bem.

Pela nossa parte iremos cuidar melhor das nossas comunicações no futuro e, se possível, iremos partilhar essas informações para ver o que podemos melhorar. Obrigada.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:28':50')

«Não havendo lugar a mais intervenções dou como **Apreciada** a Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01SET2022 a 31OUT2022.

É meia-noite e vinte e cinco minutos. Eu gostaria imenso de iniciar e terminar o Ponto 4. Colocava à consideração se pretendem continuar os trabalhos. Ok. Passará então para a próxima reunião da próxima semana.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:29:22")

«Vamos então proceder à leitura da Ata em Minuta.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:31:04")

Da Assembleia Municipal

Sérgio Louro, CHEGA: (03:31:42")

«Sr. Presidente, antes de terminar gostava de fazer uma interpelação à Mesa por causa da documentação que nos foi entregue.

Não sei se tiveram a mesma dificuldade que eu. Ao imprimir a documentação entregue para o Ponto 6, Grande Opções do Plano, eu não consegui ler nada. Bem sei que estou com dificuldade de visão - os 50 não perdoam - inclusivamente fui ao meu departamento de eletrónica buscar uma lupa para ver se consegui ler. Não consigo ler. Portanto, pegando na questão de rigor que o colega Pedro Cristo já focou isto é inaceitável. Eu acho que é impossível avaliar esta documentação e opinar acerca dela., ou seja, deliberar favoravelmente ou contra. Sugiro que em tempo útil, uma vez que isto vai ser discutido para a próxima semana, que isto seja melhorado. Já no ano passado aconteceu a mesma coisa.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:33:11")

«Sr. Presidente, dá-me licença. Eu só gostava de dizer ao sr. Sérgio Louro que isto decorre do sistema informático. Pode sempre tentar imprimir num formato A3. Eu tive a mesma dificuldade, mas se não conseguir esse formato de impressão, eu comprometo-me a tentar remeter o documento num formato legível.

Agora, nós estamos no caminho da desmaterialização, gostaríamos que isso fosse através de um ecrã, só que isto decorre do sistema informático que temos na Câmara neste momento.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:34 horas do dia 26 de novembro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO (1.^a reunião - 25 de novembro)

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 1. Eleição de um Presidente de Junta, e um seu substituto, que representará os Presidentes de Junta no Congresso da ANMP 2023;

Eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, por **Unanimidade**.

Eleito, como substituto, o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva, por **Unanimidade**.

Ponto 2. Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros;

Este ponto mereceu a seguinte votação: 24 Votos a favor, 1 Abstenção, e zero Votos contra.

Aprovado por **Maioria**.

Ponto 3. Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01SET2022 a 31OUT2022.

A Comunicação da Atividade Municipal foi **Apreciada**.

A Sessão tem continuidade no dia 30 de novembro, conforme previamente indicado na Convocatória.

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 25 de novembro de 2022, respeitante à Sessão Ordinária de Novembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2022.11.28 10:52:51+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O funcionário redator
Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E
ABREU ARAÚJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2022.11.28 10:16:22+00'00'

Miguel Pedro Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Novembro no Salão Nobre dos Paços do Município.

Esta Sessão dividiu-se em três reuniões, correspondendo o seguinte mapa de registo à validação das presenças na 1.ª Reunião (25 de novembro de 2022).

Sessão Ordinária de Novembro

1.ª Reunião - 25NOV2022

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	suspensão 365 dias		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
João Pedro Ribau Casqueira	PRESENTE		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			
Modesto Manuel dos Santos	substitui (365 dias)		
Sara Daniela Silva Pinho	suspensão mandato 365		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X

Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso (substitui Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário)	PSD		X
Rui Manuel da Rocha Rufino (substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões)	UPF		X
Mariana Alvelos Silva (substitui Domingos Manuel Ferreira Vilarinho)	PS		X
Sónia Alexandra Fernandes Gomes (substitui Modesto Manuel dos Santos)	PS		X
Carlos António das Neves Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré substituído pelo Vogal da Junta de Freguesia, Manuel António Cesário Trovisco	Junta Freguesia da Gafanha da Nazaré		X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves (substitui Hugo Filipe Casqueira Coelho)	PSD		X
Sara Marina Tomé Fernandes (substitui Pedro Labrincha da Rosa Novo)	PSD		X

Mandato suspenso (365 dias a partir de 26 janeiro 2022): Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Mandato suspenso (305 dias a partir de 15 junho 2022): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2023): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Ílhavo, 25 de novembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Unidade de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo

